

PREGÃO ELETRÔNICO BINACIONAL EF 0317-20
SUBASTA A LA BAJA ELECTRÓNICA BINACIONAL EF 0317-20

CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS (D&O).

CONTRATACIÓN DE SEGURO DE RESPONSABILIDAD CIVIL DE ADMINISTRADORES Y EJECUTIVOS (D&O).

ADITAMENTO 1

ADITIVO 1

I) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão Eletrônico Binacional EF 0317-20, a ITAIPU responde perguntas realizadas por interessadas nesta licitação:

I) De conformidad con las disposiciones del subítem 2.6.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Subasta a la Baja Electrónica Binacional EF 0317-20, la ITAIPU responde pregunta formulada por la oferente interesada en esta licitación:

PERGUNTA 1

“XXXXXXXXXXXXX, empresa interessada em participar do pregão eletrônico em epígrafe, solicita os seguintes esclarecimentos:

PREGUNTA 1

XXXXXXXXXXXXX, empresa interesada en participar de la subasta a la baja electrónica solicita la siguiente aclaración:

Favor, enviar questionário de responsabilidade civil em anexo, devidamente preenchido.”

Favor, enviar cuestionario de responsabilidad civil en anexo, debidamente completado.

RESPOSTA

A ITAIPU disponibilizou o questionário padrão preenchido como anexo IV – Questionário D&O, do Caderno de Bases e Condições.

RESPUESTA

La ITAIPU coloco a disposición el cuestionario padrón completado como Anexo IV- Cuestionario D&O, del Pliego de Bases y Condiciones.

PERGUNTA 2

2.1) “Informar se o órgão possui seguro atualmente.
Em caso positivo pedimos informar a seguradora atual e o prêmio pago atualmente.”

PERGUNTA 2

2.1) Informar si el órgano posee seguro actualmente. En caso positivo pedimos informar la Aseguradora actual y el premio pagado actualmente.

RESPOSTA

Sim, Consórcio Binacional de Seguradoras de ITAIPU (COBISEI), integrado por CHUBB Seguros Brasil S.A., Seguradora Yacyreta S.A. e Seguradora Paraguaya S.A.E.C.A. com vigência até 13/09/2020. O valor da última contratação foi de US\$ 695.000,00.

RESPUESTA

Sí. Consorcio Binacional de Aseguradoras de ITAIPU (COBISEI), integrado por CHUBB Seguros Brasil S.A., Aseguradora Yacyreta S.A. y Aseguradora Paraguaya S.A.E.C.A. con vigencia hasta 13/09/2020. El valor de la última contratación fue de U\$. 695.000,00.

2.2) “Pedimos informar se, as exclusões a serem consideradas em edital, são as mesmas previstas na Circular SUSEP N° 553/2017 (observar o art. 6º).”

2.2) Pedimos informa si, las exclusiones a ser consideradas en el Pliego, son las mismas previstas en la Circular SUSEP No. 553/2017 (observar el art. 6º)

RESPOSTA

Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice - Cláusula 9ª - Riscos Excluídos que menciona outras exclusões previstas em lei, o que evidentemente aplicam-se as leis brasileiras e legislação estrangeira equivalente."

2.3) "Segundo a Lei Anticorrupção Brasileira nº 12.846 de 01 de agosto de 2013 e legislação correlata, os atos lesivos, à luz da referida legislação, são de caráter doloso e por implicação disso, excluídos de qualquer seguro.

Pedimos também que seja inserido em edital, as Cláusula particular de Exclusão de doações, de pagamentos de comissões, e de quaisquer pagamentos oriundos da Lava Jato, a serem pagos, e mais:

Fica entendido e acordado que o item abaixo será acrescido a presente Apólice, sendo certo que a Seguradora não se responsabilizará pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de, baseada em, atribuível a ou sob alegação de:

(i) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou

(ii) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros

(iii) favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios,

(iv) representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do

(v) Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas

(vi) não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK

(vii) Bribery Act, na Lei Anticorrupção

RESPUESTA

Observar el texto del Anexo III – Minuta de la Póliza – Cláusula 9ª – Riesgos Excluídos que menciona otras exclusiones previstas en la ley, por lo que evidentemente se aplican las leyes brasileiras y la legislación extranjera equivalente.

2.3) Según la Ley Anicorrupción Brasilera No. 12.846 del 01 de agosto de 2013 y la legislación correlativa, los actos lesivos, a la luz de la referida legislación, son de carácter doloso y por implicancia de eso, excluidos de cualquier seguro.

Pedimos también que sea inserto en el Pliego, la Cláusula Particular de Exclusión de Donaciones, de Pago de Comisiones, y de cualquier pago oriundo del Lava Jato, a ser pagados, y además:

Queda entendido y acordado que el ítem abajo será aregado a la presente Póliza, siendo cierto que la Aseguradora no se responsabilizará por las pérdidas relacionadas con cualquier reclamación hecha contra cualquier Administrador derivada de, basada en, atribuíble a, o bajo acusación de:

(i) pagos, concesiones y/o recepción de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomadora o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, doméstica o extranjera, o de cualquier miembro de sus familias o cualquier entidad a la cual estén afiliados, incluyendo, más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasilera o de cualquier legislación semejante por ventura existente; o

(ii) Pagos, concesiones y/o recibimientos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros

(iii) favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquiera de los Consejeros, Directores, Agentes, Socios,

(iv) Representantes, Accionistas, Propietarios, Empleados, o Afiliados de cualquier cliente o proveedor del

(v) Tomador, o de sus miembros de sus familias o cualquier Entidad con la cual están asociados, incluyendo más

(vi) no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK

brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

(viii) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no Exterior.”

RESPOSTA

Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice - Cláusula 9ª - Riscos Excluídos que menciona outras exclusões previstas em lei, o que evidentemente aplicam-se as leis brasileiras e legislação estrangeira equivalente.” Poderá ser incluída a cláusula particular contemplada na apólice vigente conforme abaixo:

Clausula Particular de Exclusão de Atos Lesivos e Pagamento de Comissões

Fica entendido e acordado que o item abaixo será acrescido a presente Apólice, sendo certo que a Seguradora não se responsabilizará pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de, baseada em, atribuível a ou sob alegação de:

(i) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou

(ii) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei

(vii) Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(viii) Donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el Exterior.-

RESPUESTA

Observar el texto del Anexo III - Minuta de Póliza - Cláusula 9na. Riesgo Excluídos, que menciona otras exclusiones previstas en la ley, por lo que, evidentemente se aplican las leyes brasileiras y la legislación extranjera equivalente.

Podrá ser incluida la cláusula particular contemplada en la póliza vigente conforme abajo:

Cláusula Particular de Exclusión de Actos Lesivos y Pago de Comisiones.

Queda entendido y acordado que el ítem abajo será agregado a la presente Póliza, siendo cierto que la Aseguradora no se responsabilizará por las pérdidas relacionadas con cualquier reclamación hecha contra cualquier Administrador derivado de, basada en, atribuible a, o bajo alegación de:

(i) pagos, concesiones y/o recibimiento de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, doméstico o extranjero, o cualquier miembros de sus familias o cualquier Entidad a la cual estén afiliados, incluyendo, más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(ii) Pagos, concesiones y/o recibimientos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquiera de los Consejeros, Directores, Agentes, Socios, Representantes, Accionistas, Propietarios, Empleados, o Afiliados de cualquier cliente o proveedor del Tomador, o de sus miembros de sus familias o cualquier Entidad con la cual están asociados, incluyendo más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción

Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;
(iii) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no Exterior.

A Seguradora garantirá apenas o reembolso dos honorários advocatícios para defesa do administrador, inicialmente por ela avaliados, única e exclusivamente na hipótese do administrador ser inocentado no trânsito em julgado do processo sob as alegações acima.

Desta forma, ratifica-se que na hipótese da condenação do administrador no trânsito em julgado sob as alegações acima, nenhum honorário de advocacia para defesa do administrador será reembolsado pela seguradora ao mesmo.

2.4) “O pagamento eventualmente realizado com atraso, por parte da ITAIPU, desde que, não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerá a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die.”

RESPOSTA

Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice - Cláusula 13ª.

2.5) “O Seguro D&O tem por objetivo principal cobrir possíveis erros de gestão que fazem parte do dia a dia empresarial e que venham a trazer prejuízos a terceiros. Contudo, não podem estar cobertos atos lesivos à Administração Pública, pois, entendemos que a ITAIPU, na Qualidade de órgão público, também está submetida aos parâmetros estabelecidos pela Lei de 12.846/2013 - Lei de Anticorrupção. Diante dos exposto, solicitamos a confirmação de que esta exclusão poderá ser aplicada, na apólice da licitante vencedora.”

RESPOSTA

Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice - Cláusula 9ª - Riscos Excluídos que menciona outras exclusões previstas em lei, o que evidentemente aplicam-se as leis brasileiras e legislação estrangeira equivalente.

Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(iii) Donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el Exterior.-

La Aseguradora sólo garantizará el reembolso de los honorarios profesionales de abogados para defensa del Administrador, inicialmente valorados por ella, única y exclusivamente en la hipótesis de que el administrador sea declarado inocente resuelto en juzgado del proceso bajo las alegaciones de arriba.

De esta forma, se ratifica que en la hipótesis de la condena del administrador resuelto en Juzgado bajo las alegaciones de arriba, ningún honorario profesional de abogados para la defensa del administrador será reembolsado por la Aseguradora al mismo.-

2.4) El pago realizado eventualmente con atraso, por parte de la ITAIPU, siempre que, no deriven de acto o hecho atribuible al Adjudicatario, sufrirá la incidencia de actualización financiera por el IPCA y multas moratorias de 0,5% al mes, calculados pro rata die.

RESPUESTA

Observar el texto del Anexo III - Minuta de la Póliza - Cláusula 13ª.

2.5) El Seguro D&O tiene por objetivo principal cubrir posibles errores de gestión que hacen parte del día a día empresarial y que ocasionen perjuicios a terceros. No obstante, no pueden estar cubiertos actos lesivos a la Administración Pública, pues, entendemos que la ITAIPU, en la calidad de órgano público, también está sometida a los parámetros establecidos por la Ley 12.846/2013 - Ley de Anticorrupción. Por lo expuesto, solicitamos la confirmación de que esta exclusión podrá ser aplicada, en la póliza de la licitante vencedora.

RESPUESTA

Observar el texto del Anexo III - Minuta de Póliza - Cláusula 9na. - Riesgo Excluídos, que menciona otras exclusiones previstas en la ley, por lo que, evidentemente se aplican las leyes brasileiras y la legislación extranjera equivalente.

2.6) Pedimos conforme se ITAIPÚ está ciente quanto à recusa de sinistro, não previsto no edital, não será descumprimento contratual bem como, não ensejará imposição de penalidades à Companhia Seguradora.”

RESPOSTA

A ITAIPU está ciente.

2.7) “De acordo com o Edital, é mencionado que a apólice deve ter uma vigência de 24 meses (2 anos).

Não nos opomos a esta vigência, contudo, quando se trata de resseguro facultativo, como se trata de vigência de 24 meses (superior a 1 ano), far-se-á necessária inclusão da cláusula especial de vigência plurianual, cuja redação encontra-se em marcação abaixo:

CLAUSULA PARTICULAR PARA VIGÊNCIA PLURIANUAL (24 MESES)

Aviso de cancelamento é considerado a cada data de aniversário. A Seguradora concorda em retirar o aviso de cancelamento e renovar este risco automaticamente por mais 12 meses.

A Seguradora concorda que o prêmio e as condições permanecerão inalterados durante a vigência deste contrato, sujeito às seguintes condições:

- a) Sinistralidade não superior a 60% para qualquer período de seguro a que o presente acordo diz respeito;*
- b) Sem alterações substanciais no risco, que não tenham sido previamente aprovadas pela Seguradora e Resseguradores e qualquer outra alteração relevante de prêmio, termos e condições já aceitas pela Seguradora e Resseguradores;*
- c) Nenhuma alteração nos requisitos legais que obrigue a Seguradora e Resseguradores a alterar os termos, tarifas e condições da apólice;*

Caso alguma das situações acima seja aplicável no 12º mês de vigência da apólice, a Seguradora reserva-se ao direito de rever a sua participação, alterar prêmio ou termos e condições da apólice.”

RESPOSTA

2.6) “Pedimos acuerdo si ITAIPU está consciente con respecto a que el rechazo de siniestro, no previsto en el Pliego, no constituirá incumplimiento contractual así como tampoco implicará imposición de penalidades a la compañía aseguradora”.

RESPUESTA

A ITAIPU está consciente.

2.7) “De acuerdo con el Pliego, es mencionado que la póliza debe tener una vigencia de 24 meses (2 años).

No nos oponemos a esta vigencia, no obstante, cuando se trata de Reaseguro Facultativo, como se trata de vigencia de 24 meses (superior a 1 año), se hace necesaria la inclusión de la cláusula especial de vigencia plurianual, cuya redacción se encuentra citado abajo:

CLAUSULA PARTICULAR PARA VIGENCIA PLURIANUAL (24 MESES)

Aviso de cancelación es considerado a cada fecha de aniversario. La Aseguradora concuerda en retirar el aviso de cancelación y renovar este riesgo automáticamente por 12 meses más.

La Aseguradora concuerda que el premio y las condiciones permanecerán inalterados durante la vigencia de este contrato, sujeto a las siguientes condiciones:

- a) Sinistralidad no superior a 60% para cualquier período de seguro a que el presente acuerdo hace referencia;*
- b) Sin alteraciones substanciales en el riesgo, que no hayan sido previamente aprobadas por la Aseguradora y Reaseguradores y cualquier otra alteración relevante del premio, términos y condiciones ya aceptadas por la Aseguradora y Reaseguradores;*
- c) Ninguna alteración en los requisitos legales que obligue a la Aseguradora y Reaseguradores a alterar los términos, tarifas y condiciones de la póliza;*

En caso de que alguna de las situaciones arriba sea aplicable en el mes 12º de vigencia de la póliza, la Aseguradora se reserva el derecho de rever su participación, alterar el premio o términos y condiciones de la póliza”.

RESPUESTA

A Apólice deverá ser emitida com vigência para 24 meses, visto que a negociação do Resseguro é uma prerrogativa exclusiva da Seguradora.

PERGUNTA 3

Dirigimo-nos a vocês em relação ao solicitado no 1.4.2.1.2.1 – alínea (a) – Página Nº 10 do Caderno de Bases e Condições, sobre a forma de apresentação da declaração escrita das empresas resseguradoras, onde solicita-se que a mesma seja: “Documento original de apostilado ou documento original autenticado pela representação diplomática brasileira ou paraguaia, no país onde esteja estabelecida a emitente”, mencionamos que o cumprimento desta formalidade será impossível para nossos resseguradores, com a justificativa da situação mundial, causada pela pandemia do Corona Vírus (COVID-19). Como é sabido, essa pandemia causou o fechamento e paralisação das atividades a nível mundial, dado essa situação, a formalidade não será possível ser realizada, já que a mesma requer tramites presenciais que implicam, além disso, na realização de viagens a outras cidades. Por tal motivo, solicitamos a devida consideração por motivos de força maior a nível mundial, causada pela pandemia, na exclusão do ponto 1.4.2.1.2.1 – alínea (a), do trâmite de autenticação pela Representação Diplomática Paraguáia.

Cabe mencionar que para o processo do PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NA 0039-20 “PROVISÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE VIDA COLETIVO” em tal cláusula o requisito ficou sem efeito pelo motivo exposto mais acima no seu Aditamento Nº2, o qual anexamos.

RESPOSTA

Gentileza se reportar ao item II deste Aditamento.

PERGUNTA 4

4.1) “Qual é a seguradora atual deste órgão para a apólice de seguro D&O e a data de vencimento da respectiva apólice ?”

RESPOSTA

Consórcio Binacional de Seguradoras de ITAIPU (COBISEI), integrado por CHUBB Seguros Brasil S.A., Seguradora Yacyreta S.A. e Seguradora Paraguaya S.A.E.C.A. com vigência ate

La Póliza deberá ser emitida con vigencia para 24 meses, en vista a que la negociación del Reaseguro es una prerrogativa exclusiva de la Aseguradora.

PREGUNTA 3

“Nos dirigimos a ustedes en relación a lo solicitado en el punto 1.4.2.1.2.1 inciso (a)- Pagina Nº 10 del Pliego de Bases y Condiciones, sobre la forma de presentación de la Declaración escrita de las empresas reaseguradoras, donde se requiera que el mismo sea: “Documento original del Apostillado o documento original del autenticado por la representación diplomática paraguaya o brasileña, en el país donde esté establecida la emitente”, mencionamos que esta formalidad es de cumplimiento imposible para nuestros reaseguradores, con motivo de la situación mundial, causada por la pandemia del Corona Vírus (COVID-19). Como es sabido, esta pandemia ha causado el cese y paralización de las actividades a nivel mundial, por ello, la formalidad no será posible realizarla, ya que el mismo requiere de trámites presenciales que conllevan además realizar viajes a otras ciudades. Por tal motivo, solicitamos la debida consideración por motivos de fuerza mayor a nivel mundial causada por la pandemia, la exclusión del punto 1.4.2.1.2.1 inciso (a) del trámite de autenticación por la Representación Diplomática paraguaya.

Cabe mencionar que para el proceso de la SUBASTA ELECTRÓNICA NACIONAL NA 0039-20 “PROVISIÓN DE PÓLIZA DE SEGURO DE VIDA COLECTIVO”, dicha clausula o requisito queda sin efecto por el motivo expuesto mas arriba en su Aditivo Nº 2 el cual adjuntamos”

RESPUESTA

Favor reportarse al ítem II de este Aditivo.

PREGUNTA 4

4.1) Cuál es la aseguradora actual de este órgano para la póliza de seguro D&O y la fecha de vencimiento de la respectiva póliza?

RESPUESTA

Consorcio Binacional de Aseguradoras de ITAIPU (COBISEI), integrado por CHUBB Seguros Brasil SA, Aseguradora Yacyreta SA y Aseguradora Paraguaya SAECA, con vigencia hasta el 13/09/2020.

13/09/2020.

4.2) “Qual foi o premio total pago na ultima apólice contratada ?”

RESPOSTA

O valor da última contratação foi de US\$ 695.000,00.

4.3) “Favor nos encaminhar cópia da ultima apólice de seguro D&O contratada.”

RESPOSTA

Apólice foi emitida em consonância com a Minuta da Apólice e os anexos do Edital.

4.4) “Favor nos informar detalhamento as principais atividades deste órgão:”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.5) “Qual foi a data de inicio das atividades deste órgão ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.6) “Favor nos informar detalhadamente a composição social desta administração:”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.7) “Favor nos relacionar as sociedades controladas por este órgão no qual deverá ser estendido as coberturas:”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.8) “Favor nos informar a relação dos administradores desta administração”

4.2) Cuál fue el premio total pagado en la última póliza contratada?

RESPUESTA

El valor de la última contratación fue de U\$. 695.000,00.

4.3) Favor encaminarnos copia de la última póliza de seguro D&O contratada.

RESPUESTA

La Póliza fue emitida en consonancia con la Minuta de Póliza y los Anexos del Pliego.

4.4) Favor informarnos detalle de las principales actividades de este órgano:

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV – Cuestionario D&O.

4.5) Cuál fue la fecha de inicio de las actividades de este órgano?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV – Cuestionario D&O.

4.6) Favor informarnos detalle de la composición social de esta administración

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV – Cuestionario D&O.

4.7) Favor relacionar las sociedades controladas por este órgano/ en el cual deberá ser extendido las coberturas:

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV – Cuestionario D&O.

4.8) Favor informarnos la relación de los administradores de esta administración

RESPOSTA

Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice - Cláusula 2ª.

4.9) “Favor nos informar a relação dos administradores das sociedades controladas por este órgão caso haja.”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.10) “Houve mudança na razão social nos últimos 5 anos ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.11) “Houve mudança na composição societária/administradores nos últimos 5 anos ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.12) “Houve fusão, aquisição ou compra de participação em outra sociedade nos últimos 5 anos ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.13) “Há a expectativa de pedido de falência, concordata, intervenção ou procedimento similar nos próximos 12 meses ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.14) “Há a expectativa de fusão, aquisição, incorporação ou cisão nos próximos 12 meses ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes

RESPUESTA

Observar el texto del Anexo III – Minuta de la Póliza – Cláusula 2ª.

4.9) Favor informar la relación de los administradores de las sociedades controladas por este órgano en caso de que haya.

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV – Cuestionario D&O.

4.10) Hubo cambios en la razón social en los últimos 5 años?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV – Cuestionario D&O.

4.11) Hubo cambios en la composición societaria/administradores en los últimos 5 años?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV – Cuestionario D&O.

4.12) Hubo fusión, adquisición o compra de participación en otra sociedad en los últimos 5 años?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV – Cuestionario D&O.

4.13) Hay expectativa de pedido de quiebra, concordato, intervención o procedimiento similar en los próximos 12 meses?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV – Cuestionario D&O.

4.14) Hay expectativa de fusión, adquisición, incorporación o cesión en los próximos 12 meses?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante

do Anexo IV - Questionário D&O.

4.15) “Haverá a abertura de capital nos próximos 12 meses ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.16) “Há a expectativa de redução de receita ou lucro nos próximos 12 meses ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.17) “Há a expectativa de alteração no quadro de administradores nos próximos 12 meses ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.18) “Nos últimos 5 anos, houve pedido de falência, concordata, intervenção ou procedimento similar ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.19) “Nos últimos 5 anos, houve demandas Judiciais ou Extrajudiciais, inclusive Inquéritos Administrativos, contra os Administradores atuais e/ou contra os Administradores de gestões anteriores ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.20) “Há a expectativa de ocorrência de demanda judicial ou extrajudicial contra os Administradores, relacionada aos seus Atos de Gestão ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes

del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.15) Habrá apertura de capital en los próximos 12 meses?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.16) Hay expectativa de reducción de presupuesto o lucro en los próximos 12 meses?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.17) Hay expectativa de alteración en el cuadro de administradores en los próximos 12 meses?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.18) En los últimos 5 años, hubo pedido de quiebra, concordato, intervención o procedimiento similar?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.19) En los últimos 5 años, hubo demandas judiciales o extrajudiciales, incluso requerimientos administrativos, contra los Administradores actuales y/o contra los Administradores de gestiones anteriores?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.20) Hay expectativa de ocurrencia de demanda judicial o extrajudicial contra los Administradores, relacionado a sus actos de gestión?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante

do Anexo IV - Questionário D&O.

4.21) “Há a existência de ativos no exterior ? Se sim, favor nos especificar a natureza e o local.”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.22) “Qual o nº total de empregados desta administração ?”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.23) “Esta administração possui manual de ética ou conduta para os empregados ? Se sim, favor nos encaminhar cópia.”

RESPOSTA

A ITAIPU disponibiliza neste Aditamento o “Código de Ética da ITAIPU”, conform item III deste documento.

4.24) “Foram feitas demissão coletivas nos últimos 12 meses ? Se sim, favor nos informar o motivo da demissão coletiva.”

RESPOSTA

Não.

4.25) “Esta administração, suas Controladas e/ou seus Administradores já foram demandados por empregados em razão de Responsabilidade por Práticas Trabalhistas? (Responsabilidade por Práticas Trabalhistas decorrem de ações e/ou omissões concernentes à relação de emprego, tais como dano moral, discriminação, calúnia, injúria, difamação, invasão de privacidade ou demissão ilegal).”

RESPOSTA

As informações requeridas são partes integrantes do Anexo IV - Questionário D&O.

4.26) “Esta administração, possui Conselho Fiscal ou órgão de natureza similar ? Se sim, qual foi o

del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.21) Existen activos en el exterior? Si la respuesta es sí, favor especificar la naturaleza y el local.

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.22) Cuál es el número total de empleados de esta administración?

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.23) Esta administración posee manual de ética o conducta para los empleados? Si la respuesta es sí, favor encaminar copia.

RESPUESTA

La ITAIPU coloca a disposición en este Aditivo el “Código de Ética de la ITAIPU”, conforme el ítem III de este documento.

4.24) Fueron hechas despidos colectivos en los últimos 12 meses? Si la respuesta es sí, favor informar el motivo del despido colectivo.

RESPUESTA

No.

4.25) Esta administración, sus Controladas y/o sus Administradores ya fueron demandados por empleados en razón de Responsabilidad por Prácticas Laborales? (Responsabilidad por Prácticas Laborales derivan de acciones y/o omisiones concernientes a la relación de empleo, tales como daño moral, discriminación, calumnia, injuria, difamación, invasión de privacidad o despido ilegal).

RESPUESTA

Las informaciones requeridas son parte integrante del Anexo IV - Cuestionario D&O.

4.26) Esta administración, posee Consejo Fiscal u órgano de naturaleza similar? Si la respuesta es sí,

numero de reuniões realizadas no último exercício ?”

RESPOSTA

Favor consultar as informações no link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente

4.27) “Favor nos encaminhar cópia dos dois últimos balanços anuais e demonstração de resultado dos respectivos exercícios.”

RESPOSTA

Favor consultar as informações no link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente.

4.28) “Favor nos encaminhar cópia do organograma societário, se houver.”

RESPOSTA

Favor consultar as informações no link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente.

4.29) “Favor nos encaminhar cópia da ultima até de assembleia/Estatuto Social/ Contrato Social e suas alterações.”

RESPOSTA

Favor consultar as informações no link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente.

4.30) “Favor nos encaminhar cópia do relatório anual de atividades, se houver.”

RESPOSTA

Favor consultar as informações no link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente.

PERGUNTA 5

5.1) “Multas e Penalidades - foi solicitado limite integral do LMI da apólice. Solicitamos revisão em relação a este ponto, tendo em vista que o usual do mercado segurador seria operar com sub-limites de até 10% para essa cobertura.”

cuál fe el número de reuniones realizadas en el último ejercicio?

RESPUESTA

Favor consultar las informaciones en el link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente

4.27) Favor encaminhar copia de los 2 últimos balances anuales y demostración de resultado de los respectivos ejercicios.

RESPUESTA

Favor consultar las informaciones en el link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente

4.28) Favor encaminhar copia del organograma societario, si hay.

RESPUESTA

Favor consultar las informaciones en el link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente

4.29) Favor encaminhar copia de la última acta de asamblea/Estatuto Social/Contrato Social y sus alteraciones.

RESPUESTA

Favor consultar las informaciones en el link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente

4.30) Favor encaminhar copia del relatorio anual de actividades, si hay.

RESPUESTA

Favor consultar las informaciones en el link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente.

PREGUNTA 5

5.1) Multas y Penalidades – fue solicitado límite integral del LMI de la póliza. Solicitamos revisión en relación a este punto, teniendo en cuenta que lo usual del mercado asegurador sería operar con sub-limites de hasta 10% para esa cobertura.

RESPOSTA

Mantida a exigência do edital, a considerar que apólice vigente contempla o LMI de 100% para esta cobertura.

5.2) “Não há informação acerca das exclusões adicionais aplicáveis. Há apenas 3 itens pontuados referentes a condição geral do produto. É muito importante que o edital seja claro quanto às exclusões adicionais aplicáveis, principalmente em relação a Atos Lesivos.

Estão cientes e de acordo com a cláusula particular abaixo?

CLÁUSULA PARTICULAR – EXCLUSÃO DE COBERTURA PARA RECLAMAÇÕES DECORRENTES DE ATOS LESIVOS E PAGAMENTO DE COMISSÕES

1. O presente contrato de seguro não garantirá quaisquer Reclamações apresentadas contra qualquer Segurado ou Tomador, por Atos Danosos relacionados direta ou indiretamente, decorrentes ou relacionadas com:

a) Pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

b) Pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

c) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no exterior.

2. A Seguradora garantirá apenas o reembolso dos honorários advocatícios para defesa do administrador, inicialmente por ela avaliados,

RESPUESTA

Se mantiene la exigencia del Pliego, a considerar que la póliza vigente contempla el LMI de 100% para esta cobertura.

5.2) No hay información acerca de las exclusiones adicionales aplicables. Hay solo 3 itens marcados referentes a la condición general del producto. Es muy important que el Pliego sea claro en cuanto a las exclusiones adicionales aplicables, principalmente en relación a Actos Lesivos.

Están conscientes y de acuerdo con la cláusula particular abajo?

CLAUSULA PARTICULAR – EXCLUSION DE COBERTURA PARA RECLAMACIONES DERIVADAS DE ACTOS LESIVOS Y PAGO DE COMISIONES

1. El presente contrato de seguro no garantizará cualquier reclamación presentada contra cualquier Asegurado o Tomador, por Actos Dañosos relacionados directa o indirectamente, derivados o relacionados con:

(a) pagos, concesiones y/o recibimientos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, doméstica o extranjera, o cualquier miembros de sus familias o cualquier Entidad a la cual estén afiliados, incluyendo, más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(b) Pagos, concesiones y/o recibimientos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquiera de los Consejeros, Directores, Agentes, Socios, Representantes, Accionistas, Propietarios, Empleados, o Afiliados de cualquier cliente o proveedor del Tomador, o de sus miembros de sus familias o cualquier Entidad con la cual están asociados, incluyendo más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(c) Donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el Exterior.-

2. La Aseguradora sólo garantizará el reembolso de los honorarios profesionales de abogados para la

única e exclusivamente na hipótese do administrador ser inocentado no trânsito em julgado do processo sob as alegações acima.

3. Na hipótese de condenação do administrador no trânsito em julgado sob as alegações acima, nenhum honorário advocatício para defesa do administrador será reembolsado pela Seguradora ao mesmo.

4. Ratificam-se as Condições Gerais e Condições Especiais deste Contrato de Seguro que não tenham sido alteradas por esta Cláusula Particular.”

RESPOSTA

Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice - Cláusula 9ª - Riscos Excluídos que menciona outras exclusões previstas em lei, o que evidentemente aplicam-se as leis brasileiras e legislação estrangeira equivalente.”

5.3) “Referentes ao item (8.f.), no questionário informam existir reclamações, mas não consta nenhum detalhamento do que se trata. Favor detalhar, informando a natureza da reclamação, partes envolvidas, datas, valores, status atual.”

RESPOSTA

Em resposta à solicitação feita pelo licitante, os dados fornecidos pelo Questionário de D&O publicados no âmbito da proposta de referência são expandidos abaixo, respeitando o dever de confidencialidade sobre as identidades das pessoas envolvidas, bem como também, o direito à presunção de inocência, garantido na Constituição Nacional de ambos os países:

SINIESTRALIDAD SEGURO D&O

SINIESTRO EN CURSO 1

Carátula: XXXXX C/ITAIPU BINACIONAL Y OTROS S/ ACOSO LABORAL Y COBRO DE INDEMNIZACIONES POR DAÑOS MORAL, PSICOLÓGICO Y ACTUALIZACIÓN DE BENEFICIOS NO PERCIBIDOS.

Fuero: LABORAL. Tramitado en Juzgado de Primera Instancia en lo Laboral Segundo Turno, secretaría Aquino, Circunscripción Judicial del

defensa del Administrador, inicialmente valorados por ella, única y exclusivamente en la hipótesis de que el administrador sea declarado inocente resuelto en juzgado del proceso bajo las acusaciones de arriba.

3. En la hipótesis de la condena del administrador resuelto en Juzgado bajo las acusaciones de arriba, ningún honorario profesional de abogados para la defensa del administrador será reembolsado por la Aseguradora al mismo.

4. Se ratifican las codiciones generales y las condiciones especiales de este contrato de seguro que no hayan sido modificadas por esta cláusula particular.

RESPUESTA

Observar el texto del Anexo III - Minuta de Póliza - Cláusula 9ª - Riesgos Excluídos que menciona otras exclusiones previstas en la ley, por lo que evidentemente se aplican las leyes brasileiras y la legislación extranjera equivalente.

5.3) Referentes al ítem (8.f.), en el cuestionario informan que existen reclamaciones, más no consta ningún detalle de que se trata. Favor detallar, informando la naturaleza de la reclamación, partes envueltas, fechas, valores, status actual.

RESPUESTA

En atención a la consulta formulada por la oferente, a continuación, se amplían los datos proveídos a través del Cuestionario D&O publicado en el marco de la licitación de referencia, respetando el deber de confidencialidad en cuanto a las identidades de las personas involucradas, así como también, el derecho de presunción de inocencia, garantizada en la Constitución Nacional de ambos países:

SINIESTRALIDAD SEGURO D&O

SINIESTRO EN CURSO 1

Carátula: XXXXX C/ITAIPU BINACIONAL Y OTROS S/ ACOSO LABORAL Y COBRO DE INDEMNIZACIONES POR DAÑOS MORAL, PSICOLÓGICO Y ACTUALIZACIÓN DE BENEFICIOS NO PERCIBIDOS.

Fuero: LABORAL. Tramitado en Juzgado de Primera Instancia en lo Laboral Segundo Turno, secretaría Aquino, Circunscripción Judicial del Alto Paraná

Alto Paraná

Monto de Reclamo: Gs. 1.420.760.000.-,
discriminado en los siguientes rubros:

Gs.620.760.000.- Diferencia Salarial por
Obstrucción al progreso salarial;
Gs.800.000.000.- Resarcimiento por el daño moral
y psicológico causado por los directores y oficiales
de Itaipú.

Año: 2018 (diciembre).

Estado actual s/ últ. informe: Esperando
resolución sobre recurso de apelación interpuesto
por la actora, por resultado adverso en primera
instancia, por excepción de falta de personería.

SINIESTRO EN CURSO 2

Carátula: XXXXXXX S/CALUMNIA Y
OTROS.

Observación: Pretensión de cobertura sobre
gastos de defensa. El Abogado XXXX fue querellado
en el marco del proceso penal más arriba
individualizado por parte de la Sra. XXXXX,
en relación a actuaciones que según ésta fueron
realizadas por el Abogado que devienen en
calumniosas contra aquella y que fueran vertidas
en el marco de un proceso laboral tramitado en
los tribunales de Asunción, donde el abogado
actuó en representación de la Itaipú Binacional.

Fuero: PENAL. Tramitado en Juzgado Penal de
Sentencia N° 17 de la Capital de la República.

Año: 2014 (Julio).

Estado actual s/últ. informe: Recusación
planteada contra los Magistrados Agustín Lovera
Cañete y Carlos Waldir Servín de fecha 17.05.2019
que se halla pendiente de resolución (proceso
penal mencionado en carátula).

5.4) “O edital informa que a vigência da apólice
deve ser 24 meses. Esse ponto dificulta muito a
colocação de uma apólice de D&O. Verificar a
possibilidade de alteração para apólices anuais e
renováveis, como é prática no mercado
segurador, não havendo normalmente aceitação

Monto de Reclamo: Gs. 1.420.760.000.-,
discriminado en los siguientes rubros:

Gs.620.760.000.- Diferencia Salarial por
Obstrucción al progreso salarial;
Gs.800.000.000.- Resarcimiento por el daño moral y
psicológico causado por los directores y oficiales de
Itaipú.

Año: 2018 (diciembre).

Estado actual s/ últ. informe: Esperando
resolución sobre recurso de apelación interpuesto
por la actora, por resultado adverso en primera
instancia, por excepción de falta de personería.

SINIESTRO EN CURSO 2

Carátula: XXXXXXX S/CALUMNIA Y
OTROS.

Observación: Pretensión de cobertura sobre
gastos de defensa. El Abogado XXXX fue querellado
en el marco del proceso penal más arriba
individualizado por parte de la Sra. XXXXX, en
relación a actuaciones que según ésta fueron
realizadas por el Abogado que devienen en
calumniosas contra aquella y que fueran vertidas
en el marco de un proceso laboral tramitado en los
tribunales de Asunción, donde el abogado actuó en
representación de la Itaipú Binacional.

Fuero: PENAL. Tramitado en Juzgado Penal de
Sentencia N° 17 de la Capital de la República.

Año: 2014 (Julio).

Estado actual s/últ. informe: Recusación
planteada contra los Magistrados Agustín Lovera
Cañete y Carlos Waldir Servín de fecha 17.05.2019
que se halla pendiente de resolución (proceso
penal mencionado en carátula).

5.4) El Pliego informa que la vigencia de la póliza
debe ser 24 meses. Ese punto dificulta mucho la
colocación de una póliza de D&O. Verificar la
posibilidad de modificación para pólizas anuales y
renovables, como es práctica en el mercado
asegurador, no habiendo normalmente aceptación

para 24 meses. Existe possibilidade de ajustar para 12 meses?"

RESPOSTA

Mantida a exigência do edital. As apólices do seguro D&O contratadas pela Itaipu, sempre tiveram vigência de 24 meses, desde a 1ª contratação em 2012.

5.5) "O edital talvez seja o mais rigoroso em aspectos técnicos do mercado e a XXXXX tem experiência em estar em compliance com isso, mas o ponto abaixo nos parece inexecutável em tempos de Covid19:

1.4.2.1.2.1 - A "carta compromisso do ressegurador", exigidas em 1.4.2.1.2, letra "c", deverá ser apresentada atendendo aos seguintes requisitos:

a) documento original de apostilado ou documento original autenticado pela representação diplomática brasileira ou paraguaia, no país onde esteja estabelecida a emitente;

b) acompanhada de tradução para o castelhano ou para o português por tradução livre. Porém, neste caso, na hipótese de resultar vencedora desta licitação, deverá a proponente reapresentá-la por tradutor juramentado no prazo de 15 dias corridos contados a partir da comunicação da adjudicação.

Solicitamos a flexibilização desses prazos para que os documentos sejam entregues pós pandemia, e que nesse momento seja entregue de forma digital. Estão cientes e de acordo?"

RESPOSTA

O encaminhamento do 1.4.2.1.2.1 letras (a) e (b) poderá ser de forma digital, com o original sendo entregue no prazo de 15 dias corridos contados a partir da comunicação da adjudicação.

5.6) "Informar como a apólice será acionada em caso de sinistro:

a) 50% de cada sinistro no Brasil e Paraguai, independente da origem da reclamação; ou
b) reclamações de foro Brasil na apólice Brasil e reclamações de foro Paraguai no Paraguai"

RESPOSTA

Nos termos do CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES

para 24 meses. Existe possibilidade de ajustar para 12 meses?

RESPUESTA

Se mantiene la exigencia del Pliego. Las Pólizas del Seguro D&O contratadas por la ITAIPU, siempre tuvieron vigencia de 24 meses, desde la primera contratación en el año 2012.

5.5) El Pliego tal vez sea más riguroso en aspectos técnicos del mercado y a XXXX tiene experiencia en estar en compliance con eso, más el punto abajo nos parece impracticable en tiempos de Covid 19:

1.4.2.1.2.1 - La "Carta Compromiso del Reasegurador", exigidas en el 1.4.2.1.2, letra "c", deberá ser presentada atendiendo los siguientes requisitos:

a) documento original de apostillado o documento original autenticado por la representación diplomática brasileira o paraguaya, en el país donde esté establecida la emitente;

b) acompañada de traducción al castellano o al portugués por traducción libre. Ahora bien, en este caso, en la hipótesis de resultar vencedora de esta licitación, deberá la proponente volver a presentarla por traductor matriculado en el plazo de 15 días corridos contados a partir de la comunicación de la adjudicación.

Solicitamos la flexibilización de esos plazos para que los documentos sean entregados post pandemia, y que en ese momento sea entregado de forma digital. Están conscientes y de acuerdo?

RESPUESTA

El encaminhamento del 1.4.2.1.2.1 letras (a) y (b) podrá ser de forma digital, el original deberá ser entregado en el plazo de 15 días corridos contados a partir de la comunicación de la adjudicación.

5.6) Informar como la póliza será accionada en caso de siniestro:

a) 50% por ciento de cada siniestro en el Brasil y Paraguay, independientemente del origen de la reclamación; o

b) reclamaciones en foro Brasileiro en la póliza brasileira y reclamaciones en el foro paraguayo en el Paraguay.

RESPUESTA

En los términos del Pliego de Bases y Condiciones

1.3.4 Cada uma das companhias seguradoras integrantes do consórcio binacional será particular, solidária e integralmente responsável por todas as obrigações assumidas, no limite dos 50% (cinquenta por cento) da cobertura da apólice que corresponde ao país onde estabelecida(s) a(s) companhia(s) seguradora(s).

5.7) “É possível colocar uma cláusula de revisão de termos como a seguir ou similar?

Revisão Anual das Condições: Fica entendido e acordado que as condições (termos, franquias e prêmio) da presente apólice estarão garantidas no período de xx/xx/2020 a xx/xx/2022. Exceção será feita caso alguma das subjetividades abaixo ocorram, podendo acarretar alterações do prêmio: Sinistros ocorridos que tenham o valor reclamado superior a 75% do prêmio líquido da apólice durante o período de xx/xx/2020 a xx/xx/2021 (12 meses). O termo 'sinistros ocorridos' significa o total dos custos da reclamação incluído todos os pagamentos relativos ao referido sinistro (despesas legais e outras custas e despesas) e reservas feitas pela (s) Seguradora (s) referente a tal ocorrência. Prêmio Líquido significa o prêmio recebido pela Seguradora anualmente, excluindo todos os impostos e deduções.”

RESPOSTA

Não. Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice.

PERGUNTA 6

6.1) “Solicitamos confirmação da Administração pública na qual está ciente quanto à recusa de sinistro não previsto no edital e excluídos das condições gerais do seguro referente ao produto a ser contratado, que esta não será considerado descumprimento contratual bem como não ensejará imposição de penalidades à Companhia Seguradora.”

RESPOSTA

A ITAIPU está ciente.

6.2) “Devido as medidas adotadas nos últimos dias em relação ao COVID-19 por diversos órgãos governamentais com medidas restritivas a locomoção e aglomeração de pessoas tendo

1.3.4 Cada una de las compañías aseguradoras integrantes del consorcio binacional será particular, solidaria e integralmente responsable por todas las obligaciones asumidas, en el límite de los 50% (cinquenta por ciento) de la cobertura de la póliza que corresponde al país donde está establecida(s) la(s) compañía(s) aseguradora(s).

5.7) Es posible colocar una cláusula de revisión de términos como la siguiente o similar?

Revisión Anual de las Condiciones: Queda entendido y acordado que las condiciones (términos, franquicias y premio) de la presente póliza están garantizadas en el período de xx/xx/2020 hasta xx/xx/2022. Excepción será hecha en caso de que alguna de las subjetividades abajo ocurran, pudiendo acarrear modificaciones del premio: Sinistros ocurridos que tengan valor reclamado superior a 75% del premio líquido de la póliza durante el período de xx/xx/2020 hasta xx/xx/2021 (12 meses). El término “sinistros ocurridos” significa el total de los costos de la reclamación incluyendo todos los pagos relativos al referido siniestro (gastos legales y otras costas y gastos) y reservas hechas por la(s) Aseguradora(s) referente a tal ocurrencia. Premio Líquido significa el premio recibido por la Aseguradora anualmente, excluyendo todos los impuestos y deducciones.

RESPUESTA

Não. Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice.

PREGUNTA 6

6.1) Solicitamos confirmación de la Administración pública en la cual está consciente que en cuanto al rechazo de siniestro no previsto en el Pliego y excluidos de las condiciones generales del seguro referente al producto a ser contratado, que esta no será considerado incumplimiento contractual, así como tampoco implicará imposición de penalidades a la compañía aseguradora.

RESPUESTA

La ITAIPU está consciente.

6.2) Debido a las medidas adoptadas en los últimos días en relación al Covid-19 por diversos órganos gubernamentales con medidas restrictivas a la locomoción y aglomeración de personas teniendo

impacto diretamente no dia-a-dia das pessoas, e por conseguinte as Empresas que estão adotando medidas condizentes e coerentes partindo para um modelo de trabalho Home Office e Work from Home visando o bem estar de seus colaboradores, cliente e parceiro de negócios e não se limitando a coloração e a responsabilidade social para combater a propagação do COVID-19. Face a este cenário questionamos se será necessário o envio dos documentos físicos pela licitante vencedora do certame ou a possibilidade de conceder um prazo maior para cumprimento de tal exigência.”

RESPOSTA

O encaminhamento poderá ser de forma digital, com o original sendo entregue no prazo de 15 dias corridos contados a partir da comunicação da adjudicação.

PERGUNTA 7

Com relação ao chamado para o Pregão em referência, solicitamos o envio da última Demonstração Financeira atualizado da Itaipu Binacional (Ano 2019).

RESPOSTA

Favor consultar as informações no link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente

PERGUNTA 8

8.1) “Clausula Particular de Exclusão de Atos Lesivos: Para considerar a participação desta seguradora no pregão é necessário a inclusão da Clausula Particular de Exclusão de Atos Lesivos Considerando que na atual apólice vigente existe a aplicação da exclusão da clausula de atos lesivos com a possibilidade de reembolso dos custos de defesa (caso o seguro seja inocentado), conforme abaixo clausula abaixo:

CLÁUSULA PARTICULAR DE EXCLUSÃO DE ATOS LESIVOS CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA COM REEMBOLSO DOS CUSTOS DE DEFESA Fica entendido e acordado que a Seguradora não terá qualquer responsabilidade por quaisquer Indenizações Securitárias relacionadas a Reclamações contra a Parte Segurada resultante de, com fundamento em ou atribuível a: (i) Quaisquer Atos Lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, praticado ou

impacto directamete en el día a día de las personas, y por consiguiente las empresas que están adoptando medidas consistentes y coherentes yendo para un modelo de trabajo Home Office y Work from home dirigidas al bienestar de sus colaboradores, clientes y compañeros de negocios y no se limita a la coloración y la responsabilidad social para combatir la propagación del Covid-19. Frente a este escenario consultamos si será necesario el envío de los documentos físicos por la licitante vencedora del certamen o la posibilidad de conceder un plazo mayor para cumplimiento de tal exigencia.

RESPUESTA

El encaminhamiento podrá ser de forma digital, el original deberá ser entregado en el plazo de 15 días corridos contados a partir de la comunicación de la adjudicación.

PERGUNTA 7

“Con relación al llamado a Subasta de de referencia, solicitamos el envío del último Estado Financiero actualizado de la Itaipu Binacional (Año 2019)”

RESPUESTA

Favor consultar las informaciones en el link: www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente

PERGUNTA 8

8.1) Cláusula Particular de Exclusión de Actos Lesivos: Para considerar la participación de esta aseguradora en la Licitación es necesaria la inclusión de la Cláusula Particular de Exclusión de Actos Lesivos. Considerando que en la actual póliza vigente existe la aplicación de la exclusión de la cláusula de Actos Lesivos con la posibilidad de reembolso de los costos de defensa (en caso de que el seguro sea declarado inocente), conforme abajo cláusula abajo:

CLAUSULA PARTICULAR DE EXCLUSION DE ACTOS LESIVOS CONTRA LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y PRIVADA CON REEMBOLSO DE LOS COSTOS DE DEFENSA

Queda entendido y acordado que la Aseguradora no tendrá cualquier responsabilidad por cualquier indemnización securitaria relacionadas a reclamaciones contra la parte asegurada resultante de, con fundamento en, o atribuible a:

alegadamente praticado pela Parte Segurada. Por 'Atos Lesivos contra a Administração Pública' entende-se todas as circunstâncias que se enquadrem em leis, normas ou resoluções vigentes que disponham sobre o tema, incluindo mas não limitadas àquelas descritas na Lei nº 12.846 (Lei Anticorrupção), ainda que tais leis, normas ou resoluções não tenham sido aplicadas no caso em questão.

(ii) pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de qualquer agente, representante ou empregado de Órgão Governamental, de Forças Armadas, ou de Empresa com participação do Governo, nacional ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, ou (iii) pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionista principal, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente da Empresa ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados; ou (iv) doações políticas, sejam elas no Brasil ou no exterior;

(v) atos ilícitos previstos nas Leis 8.666/1993 (Lei de Licitações); Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); Lei 12.529 (Lei de Defesa da Concorrência) ou Lei 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); Fica estabelecido entretanto, que no caso de uma decisão judicial final transitada em julgado ou decisão administrativa irrecorrível que afaste a responsabilidade da Parte Segurada pelos alegados Atos Danosos mencionados nos itens (i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima, essa exclusão não se aplica.

Fica estabelecido que para as hipóteses previstas nesta Cláusula Particular não será aplicado o estabelecido -no parágrafo que trata de Adiantamento de Custos de Defesa na Cobertura Adicional respectiva, sendo que os Custos de Defesa somente serão reembolsados ao final decisão judicial final transitada em julgado ou decisão administrativa irrecorrível que afaste a responsabilidade da Parte Segurada, desde que as Reclamações sejam feitas durante o Período de Vigência, Prazo Complementar ou Prazo Suplementar (quando cabíveis), conforme estabelecido nas condições gerais da Apólice. Todos os outros termos e Condições desta Apólice permanecem inalterados."

(i) Cualquier acto lesivo contra la administración pública, nacional o extranjera, practicado o alegadamente practicado por la parte asegurada. Por "Actos lesivos contra la Administración Pública" se entiende todas las circunstancias que se encuadren en leyes, normas o resoluciones vigentes que dispongan sobre el tema, incluyendo más no limitadas a aquellas descriptas en la Ley No. 12.846 (Ley Anticorrupción), aunque tales leyes, normas o resolucioens no hayan sido aplicadas al caso en cuestión.

(ii) pagos, comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores para o en beneficio de cualquier agente, representante o empleado de órgano gubernamental, de las Fuerzas Armadas, o de Empresa con participación del Gobierno, nacional o extranjero, o cualquier miembro dde sus familias o cualquier entidad a la cual estén afiliados, o

(iii) pagos, comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores para o en beneficio de cualquiera de los Consejeros, Directores, Agentes, Socios, Representantes, Accionista Principal, Propietarios, Empleados, o afiliados de cualquier cliente de la Empresa o sus miembros de familia o cualquier entidad con la cual son asociados; o

(iv) donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el exterior;

(v) actos ilícitos previstos en las Leyes 8.666/1993 (Ley de Licitaciones); Ley 8.429/1992 (Ley de Inconducta Administrativa); Ley 12.529 (Ley de Defensa de la Competencia) o Ley 9.613/1998 (Ley de Lavado de Dinero);

Queda establecido entre tanto, que en caso de una decisión judicial final resuelta en Juzgado o de decisión administrativa irrecurrible que aleje la responsabilidad de la parte asegurada por las acusaciones de actos dañosos mencionados en los itens (i), (ii), (iii), (iv) y (v) arriba, esa exclusión no se aplica.

Queda establecido que para las hipótesis previstas en esta Cláusula Particular no será aplicado lo establecido -en el párrafo que trata de Adelantamiento de Costos de Defensa en la Cobertura Adicional respectiva, siendo que los Costos de Defensa solamente serán reembolsados al final de la decisión judicial final resulta en juzgado o decisión administrativa irrecurrible que aleje la responsabilidad de la parte asegurada, desde que las reclamaciones sean hechas durante el período de vigencia, plazo complementario o plazo suplementario (cuando aplicable), conforme establecido en las condiciones generales de la póliza.

Todos los otros términos y condiciones de esta póliza permanecen inalterados.

RESPOSTA

Podrá ser incluída a cláusula particular contemplada na apólice vigente conforme abaixo:

Clausula Particular de Exclusão de Atos Lesivos e Pagamento de Comissões

Fica entendido e acordado que o item abaixo será acrescido a presente Apólice, sendo certo que a Seguradora não se responsabilizará pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de, baseada em, atribuível a ou sob alegação de:

(i) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou

(ii) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

(iii) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no Exterior.

A Seguradora garantirá apenas o reembolso dos honorários advocatícios para defesa do administrador, inicialmente por ela avaliados, única e exclusivamente na hipótese do

RESPUESTA

Podrá ser incluida la cláusula particular contemplada en la póliza vigente conforme abajo:

Cláusula Particular de Exclusión de Actos Lesivos y Pago de Comisiones.

Queda entendido y acordado que el ítem abajo será agregado a la presente Póliza, siendo cierto que la Aseguradora no se responsabilizará por las pérdidas relacionadas con cualquier reclamación hecha contra cualquier Administrador derivado de, basada en, atribuible a, o bajo alegación de:

(i) pagos, concesiones y/o recibimiento de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, doméstico o extranjero, o cualquier miembros de sus familias o cualquier Entidad a la cual estén afiliados, incluyendo, más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(ii) Pagos, concesiones y/o recibimientos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquiera de los Consejeros, Directores, Agentes, Socios, Representantes, Accionistas, Propietarios, Empleados, o Afiliados de cualquier cliente o proveedor del Tomador, o de sus miembros de sus familias o cualquier Entidad con la cual están asociados, incluyendo más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(iii) Donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el Exterior.-

La Aseguradora sólo garantizará el reembolso de los honorarios profesionales de abogados para defensa del Administrador, inicialmente valorados por ella, única y exclusivamente en la hipótesis de que el

administrador ser inocentado no trânsito em julgado do processo sob as alegações acima.

Desta forma, ratifica-se que na hipótese da condenação do administrador no trânsito em julgado sob as alegações acima, nenhum honorário de advocacia para defesa do administrador será reembolsado pela seguradora ao mesmo.

8.2) “Forma e Condição de Pagamento (capítulo x da minuta da apólice): solicito que o prazo de pagamento o prêmio seja de ao máximo 120 dias após a emissão da apólice.”

RESPOSTA

Fica mantida a Forma e Condição de Pagamento. Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice.

PERGUNTA 9

“Favor disponibilizar o “Guia Rápida SBE Proveedor - ES” em português.”

RESPOSTA

A ITAIPU disponibiliza neste Aditamento o “Guia Rápido para Pregões Eletrônicos” em Castellano y Portugués, conform item III deste documento.

PERGUNTA 10

10.1) Sinistros: O Formulário Proposta (FP) 8 f: responde que SIM. Solicitamos maiores detalhes, a não ser que esteja de acordo com a pergunta 10 do FP. Esclarecer. Sendo assim, informar data, causa do envolvimento (montantes envolvidos nas reclamações, reservas constituídas, estado da reclamação, se essas reclamações afetaram alguma apólice e toda informação que seja relevante).

RESPOSTA

Favor reportar-se a resposta da pergunta 5.3.

10.2) Como seria a emissão da apólice e a liquidação em caso de um sinistro. A jurisdição seria 50% para cada país?

RESPOSTA

Uma apólice deve ser emitida por cada mercado

administrador sea declarado inocente resuelto en juzgado del proceso bajo las alegaciones de arriba.

De esta forma, se ratifica que en la hipótesis de la condena del administrador resuelto en Juzgado bajo las alegaciones de arriba, ningún honorario profesional de abogados para la defensa del administrador será reembolsado por la Aseguradora al mismo.

8.2) Forma y Condición de Pago (capítulo x de la minuta de póliza): solilcito que el plazo de pago del premio sea de máximo 120 días después de la emisión de la póliza.

RESPUESTA

Se mantiene la Forma y Condiciones de Pago. Observar el texto del Anexo III – Minuta de la Póliza.

PREGUNTA 9

Favor disponibilizar la “Guía Rápida SBE Proveedor-ES” en portugués.

RESPUESTA

La ITAIPU coloca a disposición en este Aditivo “Guía Rápida para Subastas Electrónicas”, em Castellano y Portugues, conforme el ítem III de este documento.

PREGUNTA 10

10.1) “Sinistros: El Formulario Propuesta (FP) 8 f: responden que SI. Necesitaríamos mayores especificaciones, a no ser que esté de acuerdo con la pregunta 10 del FP. Aclarar. De ser así, informar Fecha, causa de la afectación (montos involucrados en los reclamos, reservas constituidas, estado del reclamo, si esos reclamos afectaron alguna póliza y todo otro aporte que resulte relevante)”

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 5.3.

10.2) “Como sería la emisión de la póliza y la liquidación en caso de un siniestro. La jurisdicción sería 50% para cada país?”

RESPUESTA

Deberá emitirse una póliza por cada mercado

de seguros, 50% do valor segurado deve ser emitido pela seguradora autorizada no Paraguai e os outros 50% do valor segurado devem ser emitidos pela seguradora autorizada no Brasil, ambas atuando como um seguro único a ser assumido pelo consórcio binacional, sendo a (s) seguradora (s) de cada país responsável por 50% da cobertura.

10.3) Junto com a jurisdição, a questão da interpretação legal sob qual lei seria feita?

RESPOSTA

A lei aplicável será a da jurisdição correspondente ao local onde o processo (reivindicação) começou.

10.4) Os sindicatos de Londres (resseguradores estrangeiros) precisam de alguma autorização especial no Brasil? Eles precisam ter um escritório de representação ou a colocação via Broker é suficiente?

RESPOSTA

Favor reportar-se ao item 1.4.2.1.2, inciso c), do CBC.

10.5) Por ser um programa que afeta dois países, será emitido uma espécie de programa mundial?

RESPOSTA

Uma apólice deve ser emitida por cada mercado de seguros, 50% do valor segurado deve ser emitido pela seguradora autorizada no Paraguai e os outros 50% do valor segurado devem ser emitidos pela seguradora autorizada no Brasil, ambas atuando como um seguro único a ser assumido pelo consórcio binacional, sendo a (s) seguradora (s) de cada país responsável por 50% da cobertura.

10.6) Existe um percentual mínimo a ser subscrito pelos resseguradores?

RESPOSTA

Não se estabelece participação mínima dos resseguradores.

asegurador, debiendo ser emitido el 50% de la suma asegurada por parte de la aseguradora habilitada en Paraguay y el otro 50% de la suma asegurada deberá ser emitido por parte de la aseguradora habilitada en Brasil, actuando ambas pólizas como un solo seguro a ser asumido por el consorcio binacional adjudicado, siendo la(s) aseguradora(s) de cada país responsables por el 50% de la cobertura.

10.3) “A la par de la jurisdicción, el tema de interpretación legal bajo qué ley se haría?”

RESPUESTA

La Ley aplicable será la de la jurisdicción correspondiente al lugar donde se iniciara el proceso (reclamo).

10.4) “Los sindicatos de Londres (reaseguradores extranjeros) necesitan alguna autorización especial en Brasil? Tienen que contar con una oficina de representación o la colocación vía broker es suficiente?”

RESPUESTA

Remitirse al numeral 1.4.2.1.2 , inciso c) del PBC.

10.5) “Por tratarse de un programa que afecta a dos países se emitiría una especie de programa mundial?”

RESPUESTA

Deberá emitirse una póliza por cada mercado asegurador, debiendo ser emitido el 50% de la suma asegurada por parte de la aseguradora habilitada en Paraguay y el otro 50% de la suma asegurada deberá ser emitido por parte de la aseguradora habilitada en Brasil, actuando ambas pólizas como un solo seguro a ser asumido por el consorcio binacional adjudicado, siendo la(s) aseguradora(s) de cada país responsables por el 50% de la cobertura.

10.6) “Hay algún porcentaje mínimo a suscribir por los reaseguradores?”

RESPUESTA

No se establece participación mínima de los reaseguradores.

10.7) O uso da cláusula DIC/DIL será considerado? Esta questão é importante: Diferença de Limites / Diferença de Condições, devido aos requisitos legais de cada país (principalmente no Brasil), existem condições que não podem ser aplicadas da mesma maneira em todos os territórios de um programa mundial, por meio desta cláusula visa cobrir o que difere entre os referidos territórios no país em que nasce/é emitida a apólice principal.

RESPOSTA

Não se estabelece participação mínima dos resseguradores.

10.8) Anexo III / Capítulo XVII – DENUNCIA DE RECLAMAÇÃO: Porque é aplicável somente para o Paraguai?

RESPOSTA

Normativa aplicável diferente.

PERGUNTA 11

11.1) “Para a Cobertura de Multas e Penalidades Cíveis e Administrativas é pratica no mercado local e internacional o sublimite de 10%, desta forma, solicitamos o ajuste de sublimite de 100% para 10% do LMG.”

RESPOSTA

Mantida a exigência do edital, a considerar que apólice vigente contempla o LMI de 100% para esta cobertura.

11.2) “Cláusula 9ª não deixa claro os riscos excluídos, podemos seguir com as exclusões abaixo;

- QUALQUER RECLAMAÇÃO CONHECIDA PELO ADMINISTRADOR, ANTES DO INÍCIO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SEGURO E QUE SEJA OBJETO DE COBERTURA DA APÓLICE
- ATOS DOLOSOS OU CULPA GRAVE EQUIPARÁVEL AO DOLO PRATICADO PELO - ADMINISTRADOR OU POR QUALQUER TERCEIRO EM BENEFÍCIO DESSE ADMINISTRADOR.
- EMISSÃO OU OFERTA PÚBLICA DE VALORES MOBILIÁRIOS
- QUAISQUER FATOS E/OU RECLAMAÇÕES QUE NÃO SEJAM DECORRENTES DE ATOS DE GESTÃO DO ADMINISTRADOR.
- GESTÃO DE PLANO DE PREVIDÊNCIA

10.7) “Se consideraría el empleo de DIC/DIL Clause? Esta pregunta es importante: Diferencia en Límites / Diferencia en Condiciones, debido a los requerimientos legales de cada país (particularmente en Brasil) hay condiciones que no pueden aplicarse de igual forma en todos los territorios de un programa mundial, por lo que a través de esta cláusula se pretende cubrir aquello que difiere entre dichos territorios en el país en que nace/se emite la póliza principal.”

RESPUESTA

No se establece participación mínima de los reaseguradores.

10.8) “Anexo III / Capítulo XVII – DENUNCIA DE RECLAMO: Por qué sólo aplicable para Paraguay?”

RESPUESTA

Normativa aplicable diferente.

PREGUNTA 11

11.1) Para la Cobertura de Multas y Penalidades Civiles y Administrativas es práctica en el mercado local e internacional el sublímite de 10%, de esta forma, solicitamos el ajuste de sublímite de 100% para 10% del LMG.

RESPUESTA

Se mantiene la exigencia del Pliego, considerar que la póliza vigente contempla el LMI de 100% para esta cobertura.

11.2) Cláusula 9ª no deja claro los riesgos excluidos, podemos seguir con las exclusiones abajo;

- CUALQUIER RECLAMACIÓN CONOCIDA POR EL ADMINISTRADOR, ANTES DEL INICIO DE VIGENCIA DEL CONTRATO DE SEGURO Y QUE SEA OBJETO DE COBERTURA DE LA PÓLIZA
- ACTOS DOLOSOS O CULPA GRAVE EQUIPARABLE AL DOLO PRATICADO POR EL - ADMINISTRADOR O POR CUALQUIER TERCERO EN BENEFICIO DE ESE ADMINISTRADOR
- EMISIÓN U OFERTA PÚBLICA DE VALORES MOBILIARIOS
- CUALQUIER HECHO Y/O RECLAMACIÓN QUE NO SEAN DERIVADAS DE ACTOS DE GESTIÓN DEL ADMINISTRADOR
- GESTIÓN DE PLAN DE PROVIDENCIA

COMPLEMENTAR ABERTA OU FECHADA;

- CLÁUSULA ESPECÍFICA Nº. 01 – EXCLUSÃO DE RECLAMAÇÕES RELATIVAS A ATOS LESIVOS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Por meio desta Cláusula, este seguro exclui quaisquer Reclamações que decorram de qualquer Ato Danoso, diretamente ou indiretamente ligado ao descumprimento de Leis ou normas Federais, Estaduais ou Municipais relativas ao combate à corrupção e a atos lesivos à Administração Pública, incluindo, mas não se limitando aos crimes previstos nas Leis Federais nº 12.846/2013, nº 8.666/1993, nº 8.429/1992, e nº Lei 9.613/1998 ou imputação de qualquer outro crime contra a Administração Pública direta ou indireta, conforme previsto na legislação vigente.

Nas hipóteses anteriores, caso o Segurado venha a ser absolvido ou de qualquer modo excluído da Reclamação por decisão final da qual não caiba recurso, a Seguradora ressarcirá os prejuízos Seguráveis incorridos pelos Segurados ou pelo Tomador na defesa dos Segurados, em Reclamações notificadas à Seguradora durante o Período de Vigência do seguro ou durante Prazo Complementar ou Prazo Suplementar (quando aplicável), de acordo com os termos e condições desta Apólice.

Permanecem em vigor as demais condições deste seguro que não tenham sido expressamente alteradas ou revogadas pela presente cláusula.”

RESPOSTA

Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice - Clausula 9ª - Riscos Excluídos que menciona outras exclusões previstas em lei, o que evidentemente aplicam-se as leis brasileiras e legislação estrangeira equivalentes.

As exclusões de cobertura que sejam parte integrante das condições gerais previamente aprovadas perante a Susep, serão admitidas na apólice, desde que em consonância com a Circular Susep 553/2017 e não contrarie dispositivo do edital.

Podrá ser incluída a cláusula particular, contemplada na apólice vigente, conforme abaixo

Clausula Particular de Exclusão de Atos Lesivos e Pagamento de Comissões.

Fica entendido e acordado que o item abaixo será acrescido a presente Apólice, sendo certo que a

COMPLEMENTARIA ABIERTA O CERRADA

- CLAUSULA ESPECIFICA No. 01 – EXCLUSIÓN DE RECLAMACIONES RELATIVAS A ACTOS LESIVOS A LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

Por medio de esta cláusula, este seguro excluye cualquier reclamación que derive de cualquier acto dañoso, directamente o indirectamente ligado al incumplimiento de leyes o normas federales, estatales o municipales relativas al combate a la corrupción y a actos lesivos a la Administración Pública, incluyendo, más no limitándose a los crímenes previstos en las Leyes Federales No. 12.846/2013, No. 8.666/1993, No. 8.429/1992, y No. 9.613/1998 o imputación de cualquier otro crimen contra la Administración Pública directa o indirectamente, conforme previsto en la legislación vigente”.

En las hipótesis anteriores, en caso de que el Asegurado resulte ser absuelto o de cualquier modo excluido de la reclamación por decisión final contra la cual no haya recurso, la Aseguradora resarcirá los perjuicios asegurables incurridos por los Asegurados o por el Tomador en la defensa de los Asegurados, en reclamaciones notificadas a la aseguradora durante el período de vigencia del seguro o durante el plazo complementario (cuando fuere aplicable), de acuerdo con los términos y condiciones de esta póliza.

Permancen en vigor las demás condiciones de este seguro que no hayan sido expresamente modificadas o revocadas por la presente cláusula.

RESPUESTA

Observar el texto del Anexo III – Minuta de Póliza – Cláusula 9ª – Riesgos Excluidos que menciona otras exclusiones en la ley, por lo que evidentemente se aplican las leyes brasileiras y la legislación extranjera equivalentes.-

Las exclusiones de cobertura que sean parte integrante de las condiciones generales previamente aprobadas por ante la Susep, serán admitidas en la póliza, desde que estén en consonancia con la Circular Susep 553/2017 y no contraríen disposiciones del Pliego.-

Podrá ser incluida la cláusula particular contemplada en la póliza vigente conforme abajo:

Cláusula Particular de Exclusión de Actos Lesivos y Pago de Comisiones.

Queda entendido y acordado que el ítem abajo será agregado a la presente Póliza, siendo cierto que la

Seguradora não se responsabilizará pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de, baseada em, atribuível a ou sob alegação de:

(i) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou

(ii) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

(iii) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no Exterior.

A Seguradora garantirá apenas o reembolso dos honorários advocatícios para defesa do administrador, inicialmente por ela avaliados, única e exclusivamente na hipótese do administrador ser inocentado no trânsito em julgado do processo sob as alegações acima.

Desta forma, ratifica-se que na hipótese da condenação do administrador no trânsito em julgado sob as alegações acima, nenhum honorário de advocacia para defesa do administrador será reembolsado pela seguradora ao mesmo.

Aseguradora no se responsabilizará por las pérdidas relacionadas con cualquier reclamación hecha contra cualquier Administrador derivado de, basada en, atribuible a, o bajo alegación de:

(i) pagos, concesiones y/o recibimiento de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, doméstico o extranjero, o cualquier miembros de sus familias o cualquier Entidad a la cual estén afiliados, incluyendo, más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(ii) Pagos, concesiones y/o recibimientos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquiera de los Consejeros, Directores, Agentes, Socios, Representantes, Accionistas, Propietarios, Empleados, o Afiliados de cualquier cliente o proveedor del Tomador, o de sus miembros de sus familias o cualquier Entidad con la cual están asociados, incluyendo más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(iii) Donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el Exterior.-

La Aseguradora sólo garantizará el reembolso de los honorarios profesionales de abogados para defensa del Administrador, inicialmente valorados por ella, única y exclusivamente en la hipótesis de que el administrador sea declarado inocente resuelto en juzgado del proceso bajo las alegaciones de arriba.

De esta forma, se ratifica que en la hipótesis de la condena del administrador resuelto en Juzgado bajo las alegaciones de arriba, ningún honorario profesional de abogados para la defensa del administrador será reembolsado por la Aseguradora al mismo.

11.3) “Para o Prazo Suplementar o edital não

11.3) Para el Plazo Suplementario el Pliego no deja

deixa claro o prêmio adicional para 12 e 24 meses, podemos considerar os seguintes fatores:
12 meses: 75% do prêmio pago na última apólice vigente;
24 meses: 100% do prêmio pago na última apólice vigente;”

RESPOSTA

Sim, poderá constar na especificação da apólice.

11.4) “Precisamos de maiores esclarecimentos em relação a um eventual sinistro, como cada seguradora irá emitir 50%, caso ocorra um sinistro no Paraguai a apólice que será acionada será a do Paraguai? Como isso será gerenciado pela Itaipu? É importante que este ponto seja esclarecido.”

RESPOSTA

O objeto desta licitação será subscrito em partes iguais e complementares por Seguradoras estabelecidas no Brasil e no Paraguai, ou seja, 50% (cinquenta por cento) para cada um dos mercados e com o correspondente resseguro.

Em caso de abertura de sinistro, a apólice será acionada no País que deu origem a reclamação com o acompanhamento do corpo gestor de Itaipu de cada País.

11.5) “Solicitamos disponibilizar as informações financeiras de 2019 e 1T2020.”

RESPOSTA

As informações estão disponíveis no link <https://www.itaipu.gov.br/institucional/demonstracoes-contabeis>

11.6) “Atualmente a ITAIPU contrata apólice de D&O? Caso sim, já ocorreram sinistro e indenizações? Por gentileza encaminhar maiores detalhes.”

RESPOSTA

Sim, Consórcio Binacional de Seguradoras de ITAIPU (COBISEI), integrado por CHUBB Seguros Brasil S.A., Seguradora Yacyreta S.A. e Seguradora Paraguaya S.A.E.C.A. com vigência até 13/09/2020.

Sinistralidade, favor remeter-se a resposta da

claro el premio adicional para 12 y 24 meses, podemos considerar los siguientes factores:
12 meses: 75% del premio pagado en la última póliza vigente;
24 meses: 100% del premio pagado en la última póliza vigente.

RESPUESTA

Sí, podrá constar en la especificación de la póliza.

11.4) Precisamos de mayores aclaraciones en relación a un eventual siniestro, como cada aseguradora emitirá 50%, en caso de que ocurra un siniestro en Paraguay la póliza que será accionada será la de Paraguay? Cómo será eso gerenciado por la ITAIPU? Es importante que este punto sea aclarado.

RESPUESTA

El objeto de esta licitación será suscripto en partes iguales y complementarias por Aseguradoras establecidas en el Brasil y en el Paraguay, o sea, 50% (cinquenta por ciento) para cada uno de los mercados y con el correspondiente reaseguro.

En caso de apertura de siniestro, la póliza será accionada en el país que dio origen a la reclamación con el acompañamiento del cuerpo gestor de ITAIPU de cada país.

11.5) Solicitamos disponibilizar las informaciones financieras del 2019 y 1T 2020.

RESPUESTA

Las informaciones están disponibles en el link: <https://www.itaipu.gov.br/institucional/demonstraciones-contabeis>.

11.6) Actualmente la ITAIPU contrata póliza de D&O? En caso de que sea así, ya ocurrieron siniestros e indemnizaciones? Por favor encaminar mayores detalles.

RESPUESTA

Sí, Consorcio Binacional de Aseguradoras de ITAIPU (COBISEI), integrado por CHUBB Seguros Brasil SA, Aseguradora Yacyreta SA y Aseguradora Paraguaya SAECA, con vigencia hasta el 13/09/2020.

Siniestralidad, favor remitirse a la respuesta de la pregunta 5.3.

pregunta 5.3.

11.7) “O edital prevê vigência de 24 meses, solicitamos ajuste para 12 meses, caso não seja possível, podemos trabalhar com a cláusula abaixo;

CLAUSULA PARTICULAR PARA VIGÊNCIA PLURIANUAL (24 MESES)

Aviso de cancelamento é considerado a cada data de aniversário. A Seguradora concorda em retirar o aviso de cancelamento e renovar este risco automaticamente por mais 12 meses.

A Seguradora concorda que o prêmio e as condições permanecerão inalterados durante a vigência deste contrato, sujeito às seguintes condições:

a) Sinistralidade não superior a 60% para qualquer período de seguro a que o presente acordo diz respeito;

b) Sem alterações substanciais no risco, que não tenham sido previamente aprovadas pela Seguradora e Resseguradores e qualquer outra alteração relevante de prêmio, termos e condições já aceitas pela Seguradora e Resseguradores;

c) Nenhuma alteração nos requisitos legais que obrigue a Seguradora e Resseguradores a alterar os termos, tarifas e condições da apólice;

Caso alguma das situações acima seja aplicável no 12º mês de vigência da apólice, a Seguradora reserva-se ao direito de rever a sua participação, alterar prêmio ou termos e condições da apólice. Para efeitos do presente acordo, a sinistralidade significa que o total de reclamações (que deve incluir pagamentos reais de sinistros, incluindo todos os outros encargos e reservas feitas pelas Seguradoras para sinistros) dividido pelo prêmio líquido total de seguros pago pelo segurado, considerando todos os endossos do período inclusive.

RESPOSTA

Mantida a exigência do edital. As apólices do seguro D&O contratadas pela Itaipu, sempre tiveram vigência de 24 meses, desde a 1ª contratação em 2012 e a negociação do Resseguro é uma prerrogativa exclusiva da Seguradora.

11.8) “Favor esclarecer o item 2.42.2:

“O consórcio vencedor deverá apresentar o

11.7) El pliego preve vigencia de 24 meses, solicitamos ajuste para 12 meses, en caso de que no sea posible, podemos trabajar con la cláusula abajo;

CLAUSULA PARTICULAR PARA VIGENCIA PLURIANUAL (24 MESES)

Aviso de cancelación es considerado a cada fecha de aniversario. La Aseguradora concuerda en retirar el aviso de cancelación y renovar este riesgo automáticamente por 12 meses más.

La Aseguradora concuerda que el premio y las condiciones permanecerán inalteradas durante la vigencia de este contrato, sujeto a las siguientes condiciones:

a) Sinistralidad no superior a 60% para cualquier período de seguro al que el presente acuerdo hace referencia;

b) Sin alteraciones substanciales en el riesgo, que no hayan sido previamente aprobadas por la Aseguradora y Reaseguradores y cualquier otra alteración relevante del premio, términos y condiciones ya aceptadas por la Aseguradora y Reaseguradores;

c) Ninguna alteración en los requisitos legales que obligue a la Aseguradora y Reaseguradores a alterar los términos, tarifas y condiciones de la póliza;

En caso de que alguna de las situaciones arriba sea aplicable en el mes 12º de vigencia de la póliza, la Aseguradora se reserva el derecho de rever su participación, alterar el premio o términos y condiciones de la póliza.

Para efectos del presente acuerdo, la sinistralidad significa que el total de reclamaciones (que debe incluir pagos reales de sinistros, incluyendo todos los otros encargos y reservas hecha por las Aseguradoras para sinistros) dividido por el premio líquido total de seguros pagados por el asegurado, considerando todos los endosos del período inclusive.

RESPUESTA

Mantenida la exigencia del Pliego. Las pólizas del Seguro D&O contratadas por la ITAIPU, siempre tuvieron vigencia de 24 meses, desde la primera contratación en el año 2012 y la negociación del Resseguro es una prerrogativa exclusiva de la Aseguradora.

11.8) Favor aclarar el ítem 2.42.2:

“El consorcio vencedor deberá presentar el

instrumento de sua constituição registrado em cartórios no Brasil e no Paraguai, de responsabilidades indivisíveis e solidariamente vinculadas entre todos os seus componentes, de acordo com o que for regulado pelas Leis brasileiras e paraguaias, até a entrega da Apólice”.

RESPOSTA

Reportar-se ao caderno de bases e condições -1.3 PRINCIPAIS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

PERGUNTA 12

12.1) Questionário Covid (anexo) devidamente preenchido.

RESPOSTA

A ITAIPU disponibilizou um questionário padrão preenchido como anexo IV – Questionário D&O, do Edital.

12.2) Informação completa a respeito da resposta a pergunta 8)F do Formulário 2020.

RESPOSTA

Favor reportar-se a resposta da pergunta 5.3.

12.3) Formulário assinado e datado.

RESPOSTA

O Questionário faz parte integrante do Edital publicado, portanto, com validade legal.

12.4) Situação completa e atualizada (informações históricas, status atualizado, reserva projetada, resultado esperado etc.) do sinistro notificado na apólice atual (a ser fornecida pelo cedente e/ou segurado). O ressegurador precisa disso para poder cotar a renovação.

RESPOSTA

A ITAIPU disponibilizou um questionário padrão preenchido como anexo IV – Questionário D&O, do Edital.

Favor reportar-se a resposta da pergunta 5.3.

12.5) Tradução para o inglês das seguintes seções das Demonstrações Financeiras de 2019: notas

instrumento de su constitución registrado en escribanías en Brasil y en Paraguay, de responsabilidades indivisibles y solidariamente vinculadas entre todos sus componentes, de acuerdo con lo que fuere regulado por las leyes brasileras y paraguayas, hasta la entrega de la póliza.

RESPUESTA

Dirigirse al Pliego de Bases y Condiciones – 1.3 Principales requisitos para Participación y Habilitación

PREGUNTA 12

12.1) “Cuestionario Covid (adjunto) debidamente completado”

RESPUESTA

La Itaipu disponibilizo el cuestionario padrón llenado como anexoIV – Cuestionario D&O, del Pliego de Bases y Condiciones.

12.2) “Información completa respecto de la respuesta a la pregunta 8)F) del Formulario 2020.”

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 5.3.

12.3) “Formulario firmado y fechado”

RESPUESTA

El cuestionario hace parte integrante del Pliego publicado por lo tanto con validez legal.

12.4) “Situación actualizada completa (información histórica, status actualizado, reserva proyectada, resultado previsto, etc.) del siniestro notificado en la póliza actual (a ser proveída por cedente y/o asegurado). El Reasegurador necesita esto para poder cotizar la renovación.”

RESPUESTA

Se contesta en el Anexo IV posición 8 f) en los últimos 5 años y se individualizan los siniestros actuales en la posición 10 numerales 1) y 2).

Además remitirse a la respuesta de la pregunta 5.3.

12.5) “Traducción al inglés de las siguientes secciones de los Estados Financieros 2019: notas 21

21/32 / da opinião do Auditor

/ 32 / de la opinión del Auditor”

RESPOSTA

Favor consultar as informações no link:
http://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/af_df/Financial Statements Itaipu DEC 2019.pdf

RESPUESTA

Favor consultar a las informaciones en el link:
http://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/af_df/Financial Statements Itaipu DEC 2019.pdf

PERGUNTA 13

13.1) “Clausula Particular de Exclusão de Atos Lesivos: Para considerar a participação desta seguradora no pregão é necessário a inclusão da Clausula Particular de Exclusão de Atos Lesivos Considerando que na atual apólice vigente existe a aplicação da exclusão da clausula de atos lesivos com a possibilidade de reembolso dos custos de defesa (caso o seguro seja inocentado), conforme abaixo clausula abaixo:

CLÁUSULA PARTICULAR DE EXCLUSÃO DE ATOS LESIVOS CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA COM REEMBOLSO DOS CUSTOS DE DEFESA Fica entendido e acordado que a Seguradora não terá qualquer responsabilidade por quaisquer Indenizações Securitárias relacionadas a Reclamações contra a Parte Segurada resultante de, com fundamento em ou atribuível a: (i) Quaisquer Atos Lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, praticado ou alegadamente praticado pela Parte Segurada. Por ‘Atos Lesivos contra a Administração Pública’ entende-se todas as circunstâncias que se enquadrem em leis, normas ou resoluções vigentes que disponham sobre o tema, incluindo mas não limitadas àquelas descritas na Lei nº 12.846 (Lei Anticorrupção), ainda que tais leis, normas ou resoluções não tenham sido aplicadas no caso em questão.

(ii) pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de qualquer agente, representante ou empregado de Órgão Governamental, de Forças Armadas, ou de Empresa com participação do Governo, nacional ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, ou (iii) pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionista principal, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente da Empresa ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados; ou (iv) doações políticas,

PREGUNTA 13

13.1) Cláusula Particular de Exclusión de Actos Lesivos: Para considerar la participación de esta aseguradora en la Licitación es necesaria la inclusión de la Cláusula Particular de Exclusión de Actos Lesivo.

Considerando que en la actual póliza vigente existe la aplicación de la exclusión de la cláusula de actos lesivos con la posibilidad de reembolso de los costos de defensa (en caso de que el seguro sea declarado inocente), conforme abajo clausula abajo:

CLAUSULA PARTICULAR DE EXCLUSION DE ACTOS LESIVOS CONTRA LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y PRIVADA CON REEMBOLSO DE LOS COSTOS DE DEFENSA

Queda entendido y acordado que la Aseguradora no tendrá cualquier responsabilidad por cualquier indemnización securitaria relacionadas a reclamaciones contra la parte asegurada resultante de, con fundamento en, o atribuible a:

(i) Cualquier acto lesivo contra la administración pública, nacional o extranjera, practicado o alegadamente practicado por la parte asegurada. Por “Actos lesivos contra la Administración Pública” se entiende todas las circunstancias que se encuadren en leyes, normas o resoluciones vigentes que dispongan sobre el tema, incluyendo más no limitadas a aquellas descritas en la Ley No. 12.846 (Ley Anticorrupción), aunque tales leyes, normas o resolucioens no hayan sido aplicadas al caso en cuestión.

(ii) pagos, comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores para o en beneficio de cualquier agente, representante o empleado de órgano gubernamental, de las Fuerzas Armadas, o de Empresa con participación del Gobierno, nacional o extranjero, o cualquier miembro dde sus famlias o cualquier entidad a la cual estén afiliados, o

(iii) pagos, comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores para o en beneficio de cualquiera de los Consejeros, Directores, Agentes, Socios, Representantes, Accionista Principal, Propietarios, Empleados, o afiliados de cualquier

sejam elas no Brasil ou no exterior;
(v) atos ilícitos previstos nas Leis 8.666/1993 (Lei de Licitações); Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); Lei 12.529 (Lei de Defesa da Concorrência) ou Lei 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); Fica estabelecido entretanto, que no caso de uma decisão judicial final transitada em julgado ou decisão administrativa irrecorrível que afaste a responsabilidade da Parte Segurada pelos alegados Atos Danosos mencionados nos itens (i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima, essa exclusão não se aplica.

Fica estabelecido que para as hipóteses previstas nesta Cláusula Particular não será aplicado o estabelecido -no parágrafo que trata de Adiantamento de Custos de Defesa na Cobertura Adicional respectiva, sendo que os Custos de Defesa somente serão reembolsados ao final decisão judicial final transitada em julgado ou decisão administrativa irrecorrível que afaste a responsabilidade da Parte Segurada, desde que as Reclamações sejam feitas durante o Período de Vigência, Prazo Complementar ou Prazo Suplementar (quando cabíveis), conforme estabelecido nas condições gerais da Apólice. Todos os outros termos e Condições desta Apólice permanecem inalterados.”

RESPOSTA

Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice - Clausula 9ª - Riscos Excluídos que menciona outras exclusões previstas em lei, o que evidentemente aplicam-se as leis brasileiras e legislação estrangeira equivalentes.

As exclusões de cobertura que sejam parte integrante das condições gerais previamente aprovadas perante a Susep, serão admitidas na apólice, desde que em consonância com a Circular Susep 553/2017 e não contrarie dispositivo do edital.

Podrá ser incluída a clausula particular, contemplada na apólice vigente, conforme abaixo

Clausula Particular de Exclusão de Atos Lesivos e Pagamento de Comissões

Fica entendido e acordado que o item abaixo será

cliente de la Empresa o sus miembros de familia o cualquier entidad con la cual son asociados; o
(iv) donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el exterior;

(v) actos ilícitos previstos en las Leyes 8.666/1993 (Ley de Licitaciones); Ley 8.429/1992 (Ley de Inconducta Administrativa); Ley 12.529 (Ley de Defensa de la Competencia) o Ley 9.613/1998 (Ley de Lavado de Dinero);

Queda establecido entre tanto, que en caso de una decisión judicial final resuelta en Juzgado o de decisión administrativa irrecurrible que aleje la responsabilidad de la parte asegurada por las acusaciones de actos dañosos mencionados en los itens (i), (ii), (iii), (iv) y (v) arriba, esa exclusión no se aplica.

Queda establecido que para las hipótesis previstas en esta Cláusula Particular no será aplicado lo establecido -en el párrafo que trata de Adelantamiento de Costos de Defensa en la Cobertura Adicional respectiva, siendo que los Costos de Defensa solamente serán reembolsados al final de la decisión judicial final resulta en juzgado o decisión administrativa irrecurrible que aleje la responsabilidad de la parte asegurada, desde que las reclamaciones sean hechas durante el período de vigencia, plazo complementario o plazo suplementario (cuando aplicable), conforme establecido en las condiciones generales de la póliza.

Todos los otros términos y condiciones de esta póliza permanecen inalterados.

RESPUESTA

Observar el texto del Anexo III - Minuta de Póliza - Cláusula 9ª - Riesgos Excluidos que menciona otras exclusiones en la ley, por lo que evidentemente se aplican las leyes brasileiras y la legislación extranjera equivalentes.-

Las exclusiones de cobertura que sean parte integrante de las condiciones generales previamente aprobadas por ante la Susep, serán admitidas en la póliza, desde que estén en consonancia con la Circular Susep 553/2017 y no contraríen disposiciones del Pliego.

Podrá ser incluida la cláusula particular contemplada en la póliza vigente conforme abajo:

Cláusula Particular de Exclusión de Actos Lesivos y Pago de Comisiones.

Queda entendido y acordado que el ítem abajo será

acrescido a presente Apólice, sendo certo que a Seguradora não se responsabilizará pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de, baseada em, atribuível a ou sob alegação de:

(i) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou

(ii) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

(iii) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no Exterior.

A Seguradora garantirá apenas o reembolso dos honorários advocatícios para defesa do administrador, inicialmente por ela avaliados, única e exclusivamente na hipótese de administrador ser inocentado no trânsito em julgado do processo sob as alegações acima.

Desta forma, ratifica-se que na hipótese de condenação do administrador no trânsito em julgado sob as alegações acima, nenhum honorário de advocacia para defesa do administrador será reembolsado pela seguradora ao mesmo.

agregado a la presente Póliza, siendo cierto que la Aseguradora no se responsabilizará por las pérdidas relacionadas con cualquier reclamación hecha contra cualquier Administrador derivado de, basada en, atribuible a, o bajo alegación de:

(i) pagos, concesiones y/o recibimiento de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, doméstico o extranjero, o cualquier miembros de sus familias o cualquier Entidad a la cual estén afiliados, incluyendo, más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(ii) Pagos, concesiones y/o recibimientos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquiera de los Consejeros, Directores, Agentes, Socios, Representantes, Accionistas, Propietarios, Empleados, o Afiliados de cualquier cliente o proveedor del Tomador, o de sus miembros de sus familias o cualquier Entidad con la cual están asociados, incluyendo más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(iii) Donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el Exterior.-

La Aseguradora sólo garantizará el reembolso de los honorarios profesionales de abogados para defensa del Administrador, inicialmente valorados por ella, única y exclusivamente en la hipótesis de que el administrador sea declarado inocente resuelto en juzgado del proceso bajo las alegaciones de arriba.

De esta forma, se ratifica que en la hipótesis de la condena del administrador resuelto en Juzgado bajo las alegaciones de arriba, ningún honorario profesional de abogados para la defensa del administrador será reembolsado por la Aseguradora al mismo.

13.2) “Forma e Condição de Pagamento (capítulo x da minuta da apólice): solicito que o prazo de pagamento o prêmio seja de ao máximo 120 dias após a emissão da apólice.”

RESPOSTA

Mantem o exigido no edital.

13.3) “Termo de Constituição de Consorcio: Entendemos que esse seria um documento público e como consequência também de conhecimento da Itaipu. Favor confirmar esse entendimento.”

RESPOSTA

O termo de compromisso de constituição de consórcio é um instrumento particular de manifestação de vontade, para a consecução de um determinado objetivo comum. Neste sentido, as partes devem estabelecer as condições e as obrigações de cada participante do consórcio observados os requisitos do Caderno de bases e Condições - 1.3 PRINCIPAIS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

13.4) “Reembolso a Sociedade: Existe alguma restrição no estatuto da Itaipu com relação ao adiantamento de indenizações aos administradores/executivos?”

RESPOSTA

Não.

PERGUNTA 14

14.1) “Solicitamos a gentileza de nos informar qual o valor estimado para esta contratação.”

RESPOSTA

As empresas licitantes devem formular suas propostas com base nas condições do edital e seus anexos.

14.2) “Gentileza de nos informar qual o valor do prêmio total pago na última contratação.”

RESPOSTA

O valor da última contratação foi de US\$ 695.000,00.

14.3) “Informar qual a seguradora que detém

13.2) Forma y Condición de Pago (capítulo x de la minuta de póliza): solicito que el plazo de pago sea como máximo 120 días después de la emisión de la póliza.

RESPUESTA

Se mantiene lo exigido en el Pliego.

13.3) Término de Constitución de Consorcio: Entendemos que ese sería un documento público y como consecuencia también de conocimiento de la ITAIPU. Favor confirmar ese entendimiento.

RESPUESTA

El término de compromiso de constitución de consorcio es un instrumento particular de manifestación de voluntad, para la consecución de un determinado objetivo común. En este sentido, las partes deben establecer las condiciones y las obligaciones de cada participante del consorcio observados los requisitos del Pliego de Bases y Condiciones - 1.3 Principales requisitos para Participación y Habilitación.

13.4) Reembolso a la Sociedad: Existe alguna restricción en el estatuto de la ITAIPU con relación al adelantamiento de indemnizaciones a los administradores/ejecutivos?.

RESPUESTA

No.

PREGUNTA 14

14.1) Solicitamos por favor informar cual es el valor estimado para esta contratación.

RESPUESTA

Las empresas licitantes deben formular sus propuestas con base en las condiciones del Pliego y sus Anexos.

14.2) Por favor informar cuál es el valor del premio total pagado en la última contratación.

RESPUESTA

El valor de la última contratación fue de U\$. 695.000,00.

14.3) Informar qué aseguradora detenta

atualmente a apólice.”

RESPOSTA

Consórcio Binacional de Seguradoras de ITAIPU (COBISEI), integrado por CHUBB Seguros Brasil S.A., Seguradora Yacyreta S.A. e Seguradora Paraguaya S.A.E.C.A. com vigência até 13/09/2020

14.4) “Gentileza informar a sinistralidade dos últimos 5 anos.”

RESPOSTA

A ITAIPU disponibilizou um questionário padrão preenchido como anexo IV – Questionário D&O, do Edital. Favor reportar-se a resposta da pergunta 5.3.

14.5) “De acordo com o item 1.4.2.1.2, “b”, do Caderno de Bases e Condições, a licitante deverá apresentar certidão da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, expedida dentro de 30 (trinta) dias anteriores a data da entrega da proposta, atestando não só a validade da autorização legal que o proponente tem para operar no mercado segurador brasileiro nos ramos licitados, como também de que naquela Superintendência “nada consta em seu desfavor”, nem existe qualquer registro de intervenção na sua Administração. Ocorre que a Susep não expede nenhuma certidão comprovando quais os ramos de seguro que está autorizada a operar. Emite uma Certidão de Regularidade, na qual atesta se a seguradora está autorizada a operar no mercado segurador, bem como se está sob o regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial.

Esclarecemos que é possível consultar os ramos em que as seguradoras estão autorizadas a operar no site da SUSEP, bastando acessar os seguintes campos: “site antigo” / “Informações ao Público” / “Mercado Supervisionado” / “Entidades Supervisionadas” / “Digite o nome da empresa:” / “+ Informações sobre Seguradora” / Grupo de Ramos “03 – Responsabilidades”. Esta consulta não possui efeito de certidão. Tendo-se em vista que a SUSEP não expede nenhuma certidão capaz de comprovar que determinada seguradora está autorizada a operar especificamente no ramo de seguro objeto do presente certame, podemos considerar suficiente para atender a exigência prevista no referido item a apresentação de

atualmente la póliza.

RESPUESTA

Consorcio Binacional de Aseguradoras de ITAIPU (COBISEI), integrado por CHUBB Seguros Brasil SA, Aseguradora Yacyreta SA y Aseguradora Paraguaya SAECA, con vigencia hasta el 13/09/2020.

14.4) Favor informar a siniestralidad de los últimos 5 años.

RESPUESTA

La ITAIPU coloca a disposición el cuestionario padrón llenado como Anexo IV- Cuestionario D&O, del Pliego. Favor reportarse a la respuesta de la pregunta 5.3

14.5) De acuerdo con el ítem 1.4.2.1.2, “b”, del Pliego de Bases y Condiciones, la licitante deberá presentar Certificado de la Superintendencia de Seguros Privados – SUSEP, expedida dentro de 30 (treinta) días anteriores de la fecha de entrega de la propuesta, certificando no sólo la validez de la autorización legal que el proponente tiene para operar en el mercado asegurador brasilero en los ramos licitados, como también de que en aquella Superintendencia “nada consta en su contra”, ni existe cualquier otro registro de intervención en su administración. Sucede que la Susep no expide ningún Certificado que compruebe en qué ramos de seguro está autorizado a operar. Emite un Certificado de Regularidad, en el cual certifica si la Aseguradora está autorizada a operar en el mercado asegurador, así como si está bajo Régimen de Dirección Fiscal, Intervención, Liquidación Extrajudicial o Fiscalización Especial”. Aclaremos que es posible consultar los ramos en que la aseguradoras están autorizadas a operar en el sitio de la SUSEP, basta ingresar los siguientes campos: “site antigo” / “Informações ao Público” / “Mercado Supervisionado” / “Entidades Supervisionadas” / “Digite o nome da empresa:” / “+ Informações sobre Seguradora” / Grupo de Ramos “03 – Responsabilidades”. Esta consulta no posee efecto de certificación. Teniendo presente que la SUSEP no expide ninguna certificación capaz de comprobar que determinada aseguradora está autorizada a operar específicamente en el ramo de seguro objeto del presente certamen, podemos considerar suficiente para atender la exigencia prevista en el referido ítem la presentación del Certificado de Regularidad expedida por la SUSEP,

Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP, mesmo sem conter a indicação dos ramos a que está autorizada a operar?”

RESPOSTA

Sim, apresentar a Certidão de Regularidade expedida pela Susep em plena validade.

14.6) “O item 2.24.1 do Caderno de Bases e Condições estabelece que o consórcio vencedor deverá entregar à Itaipu a respectiva apólice com os mesmos textos das cláusulas e condições estabelecidas nos Anexos II e III deste Caderno de Bases e Condições, no prazo de 15 dias corridos contados a partir da comunicação da homologação, não se admitindo sob nenhuma hipótese que sejam anexadas pelas seguradoras novas cláusulas ou condições particulares, sendo essas, caso anexadas, consideradas nulas. Contudo, esclarecemos que as condições gerais são previamente aprovadas perante a SUSEP, não podendo ser alteradas. Qualquer alteração deve ser realizada por meio de condições particulares. Desta forma, as condições estabelecidas nos Anexos II e III constarão nas condições particulares da apólice. O órgão está ciente e de acordo?”

RESPOSTA

Sim, a ITAIPU está de acordo.

PERGUNTA 15

“Regulação de Sinistro / Indenizações: Com relação ao modus operandi da regulação de sinistro e do pagamento de indenizações entre as seguradoras, solicitamos a confirmação do entendimento de que podemos utilizar o seguinte texto, que constará no Termo de Constituição de Consórcio: DA REGULAÇÃO DO SINISTRO

(i) A SEGURADORA LÍDER será a responsável pela regulação e liquidação dos sinistros, comprometendo-se a regular todos os sinistros com a devida diligência, bem como disponibilizar à SEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER), caso solicitado por esta, todos os documentos relacionados ao sinistro. (ii) A SEGURADORA LÍDER deverá informar à SEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER), por meio de carta de encerramento, todos os casos em que a reclamação do sinistro for negada ou em que a SEGURADORA LÍDER julgar que exista alguma eventual dúvida de interpretação do contrato de seguro, ou aventar-se a possibilidade de um litígio futuro, sendo que

aún sin contener la indicación de los ramos a que está autorizada a operar?.

RESPUESTA

Sí; presentar el Certificado de Regularidad expedida por la Susep en plena validez.

14.6) El ítem 2.24.1 del Pliego de Bases y Condiciones establece que el consorcio vencedor deberá entregar a la ITAIPU la respectiva póliza con los mismos textos de las cláusulas y condiciones establecidos en los Anexos II y III de este Pliego de Bases y Condiciones, en el plazo de 15 días corridos contados a partir de la comunicación de la homologación, sin admitirse bajo ninguna hipótesis que sean anexadas por las aseguradoras nuevas cláusulas o condiciones particulares, siendo esas, en caso de ser anexadas, consideradas nulas. No obstante, esclarecemos que las condiciones generales son previamente aprobadas por ante la SUSEP, no pudiendo ser alteradas. Cualquier alteración debe ser realizada por medio de condiciones particulares. De esta forma, las condiciones establecidas en los Anexos II y III constarán en las condiciones particulares de la póliza. El órgano está consciente y de acuerdo?

RESPUESTA

Sí, la ITAIPU está de acuerdo.

PREGUNTA 15

Regulación de Siniestro / Indemnizaciones: Con relación al modus operandi de la regulación de siniestro y del pago de indemnizaciones entre las aseguradoras, solicitamos la confirmación del entendimiento de que podemos utilizar el siguiente texto, que constará en el Término de Constitución de Consórcio: DE LA REGULACIÓN DEL SINISTRO

(i) LA ASEGURADORA LÍDER será la responsable por la regulación y liquidación de los sinistros, comprometiéndose a regular todos los sinistros con la debida diligencia, así como también disponibilizar a la ASEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER), caso sea solicitado por esta, todos los documentos relacionados al siniestro. (ii) LA ASEGURADORA LÍDER deberá informar a la ASEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER), por medio de carta de cierre, todos los casos en que la reclamación del siniestro fuere negada o en que la ASEGURADORA LÍDER juzgue que exista alguna eventual duda de interpretación del contrato de

SEGURADORA LÍDER deverá formalizar essa decisão junto ao Segurado.

(iii) A tramitação de sinistros será realizada pela SEGURADORA LÍDER sendo que a SEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER) deverá seguir as decisões tomadas pela SEGURADORA LÍDER na regulação dos sinistros para todo e qualquer sinistro até US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares), que deverá compartilhar, tão logo receba, os relatórios preliminar, intercalar e final de regulação. Para sinistros acima do valor definido nesta cláusula a SEGURADORA LÍDER deverá comunicar a SEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER) a tomada de decisões no processo (definição de cobertura e pagamentos de indenizações), a qual deverá se pronunciar expressamente caso tenha posição diversa da definida pela SEGURADORA LÍDER. A ausência de resposta a qualquer solicitação/comunicação feita pela SEGURADORA LÍDER em um prazo de 10 dias corridos do seu recebimento, será interpretada como anuência tácita da SEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER) quanto as decisões tomadas pela SEGURADORA LÍDER.

Não obstante, a SEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER) poderá a qualquer tempo solicitar à SEGURADORA LÍDER todos os documentos e relatórios dos sinistros para atender eventuais demandas internas devendo ser atendidas em até 3 dias úteis da solicitação.”

RESPOSTA

Itaipu não se opõe a utilização do texto que constará no Termo de Constituição do Consorcio com relação ao modus operandi da regulação de sinistro e do pagamento de indenizações entre as seguradoras, desde que cumpridos os requisitos do Caderno de bases e Condições - 1.3 PRINCIPAIS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO.

PERGUNTA 16

16.1) “Quanto ao envio dos documentos físico nos prazos de 03 dias e 15 dias (proposta e apólice) o mesmo poderá ser cumprido de forma digital?”

RESPOSTA

Poderá ser cumprido de forma digital, condicionado a certificação digital das

seguro, o plantearse la posibilidad de un futuro litigio, siendo que la ASEGURADORA LÍDER deberá formalizar esa decisión junto al Asegurado”.

(iii) La tramitación de siniestros será realizada por la ASEGURADORA LÍDER siendo que la ASEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER) deberá seguir las decisiones tomadas por la ASEGURADORA LÍDER en la regulación de los siniestros para todo y cualquier siniestro hasta U\$. 50.000,00 (cincuenta mil dólares), que deberá compartir, tan pronto reciba, los relatorios preliminares, intercalares e final de regulación. Para siniestros encima del valor definido en esta cláusula la ASEGURADORA LÍDER deberá comunicar a LA ASEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER) la toma de decisiones en el proceso (definición de cobertura y pago de indemnizaciones), la cual se deberá pronunciar expresamente en caso de que tenga posición diferente de la definida por la ASEGURADORA LÍDER. La ausencia de respuesta a cualquier solicitud/comunicación hecha por la ASEGURADORA LÍDER en un plazo de 10 días corridos de su recibimiento, será interpretada como anuencia tácita de la ASEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER) en cuanto a las decisiones tomadas por la ASEGURADORA LÍDER.

No obstante, la ASEGURADORA SEGUIDORA (FOLLOWER) podrá en cualquier momento solicitar a la ASEGURADORA LÍDER todos los documentos y relatorios de los siniestros para atender eventuales demandas internas debiendo ser atendidas en hasta 3 días útiles de la solicitud.

RESPUESTA

ITAIPU no se opone a la utilización del texto que constará en el Término de Constitución de Consorcio con relación al modus operandi de la regulación de siniestro y del pago de indemnizaciones entre las aseguradoras, siempre que cumpla los requisitos del Pliego de Bases y Condiciones - 1.3 Principales requisitos para Participación y Habilidad.

PREGUNTA 16

16.1) En cuanto al envío de los documentos físicos en los plazos de 3 días y 15 días (propuesta y póliza) el mismo podrá ser cumplido de forma digital?

RESPUESTA

Poderá ser cumplido de forma digital, condicionado a la certificación digital de las firmas. Para el lado

assinaturas. Para o lado paraguaio a Aólice deverá ser apresentada em formato papel (físico).

Paraguay la póliza deberá ser presentada en formato papel (físico).

16.2) “Quanto a Realização do cadastro em Itaipu o mesmo poderá ser provisório, para permitir a participação na licitação?”

16.2) En cuanto a la realización del catastro en ITAIPU el mismo podrá ser provisorio, para permitir la participación en la licitación?

RESPOSTA

Deverá ser realizado o cadastro completo. Observar as instruções do Guia para cadastramento de Fornecedor (Portal ComprasE).

RESPUESTA

Deberá ser realizado el catastro completo. Observar las instrucciones de la Guía para Catastro del Proveedor (Portal ComprasE).

16.3) “Não possuímos essa certidão da Susep: *“certidão da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, expedida dentro de 30 (trinta) dias anteriores a data da entrega da proposta, atestando não só a validade da autorização legal que o proponente tem para operar no mercado segurador brasileiro nos ramos licitados, como também de que naquela Superintendência “nada consta em seu desfavor”, nem existe qualquer registro de intervenção na sua Administração”* Qual documentos podemos utilizar para suprir esse item?”

16.3) No poseemos ese Certificado de la Susep: *“certificado de la Superintendencia de Seguros Privados – SUSEP, expedida dentro de 30 (treinta) días anteriores a la fecha de la entrega de la propuesta, certificando no sólo la validez de la autorización legal que el proponente tiene para operar en el mercado asegurador brasileiro en los ramos licitados, como también de que en aquella Superintendencia “nada consta en su contra”, ni existe registro de intervención en su Administración.*

Qué documentos podemos utilizar para suplir ese ítem?

RESPOSTA

Deverá ser apresentada a Certidão de Regularidade da Susep em plena validade.

RESPUESTA

Deberá ser presentado el Certificado de Regularidad de la Susep en plena validez.

16.4) “Quanto as condições contratuais da apólice conforme Anexo III, verificamos que a mesma não possui algumas cláusulas obrigatórias Susep, as mesmas podem ser incluídas? De forma de alternativa podemos utilizar nosso condição contratual aprovada atualmente junto à Susep?”

16.4) En cuanto a las condiciones contractuales de la póliza conforme Anexo III, verificamos que la misma no posee algunas cláusulas obligatorias Susep, las mismas pueden ser incluídas? Como alternativa podemos utilizar nuestro condicionamiento contractual aprobada actualmente por la Susep?

RESPOSTA

As cláusulas obrigatórias que sejam parte integrante das condições gerais previamente aprovadas perante a Susep, serão admitidas na apólice, desde que em consonância com a Circular Susep 553/2017 e que não contrarie dispositivo do edital.

RESPUESTA

Las cláusulas obligatorias que sean parte integrante de las condiciones generales previamente aprobadas por ante la Susep, serán admitidas en la póliza, siempre que estén en consonancia con la Circular Susep 553/2017 y que no contrarie disposiciones del Pliego.

16.5) “Todos os documentos podem ser assinados de forma digital, incluindo a apólice?”

16.5) Todos los documentos pueden ser firmados de forma digital, incluyendo la póliza?

RESPOSTA

RESPUESTA

Sim, condicionado a certificação digital das assinaturas. Para o lado paraguaio a Apólice deverá ser apresentada em formato papel (físico).

Sí, condicionado a la certificación digital de las firmas. Para el lado Paraguay la póliza deberá ser presentada en formato papel (físico).

PERGUNTA 17

17.1) “Quanto à Cobertura de “Multas e Penalidades Cíveis e Administrativas”, é prática de mercado não trabalhar com valores superiores a um sub-limite de 10% do LMI. Favor confirmar que referida cobertura poderá ser alterada para aplicar o sub-limite mencionado anteriormente;”

RESPOSTA

Mantida a exigência do edital, a considerar que apólice vigente contempla o LMI de 100% para esta cobertura.

17.2) “Quanto à Vigência da Apólice e a necessidade de emissão de uma apólice pelo prazo de 24 meses, tendo em vista todas as incertezas do mercado e relacionadas a economia em função da pandemia do Coronavírus, e ainda dado o aumento expressivo da sinistralidade nos últimos anos no seguro D&O, tornando o mercado mais restrito e desafiador, com redução de capacidades, revisões de taxas e restrições de coberturas, não apenas do mercado local, mas também dos resseguradores, seguindo uma tendência mundial, pedimos fortemente considerarem a redução dessa vigência de 24 para 12 meses, em linha com as ofertas que estão sendo viáveis nesse momento. Conforme dados públicos na SUSEP, o mercado brasileiro vem experimentando um aumento considerável de sinistralidade na carteira de D&O desde 2016, passando de 37% naquele ano e fechando em 133% em 2019. Assim, favor confirmar se o período de vigência da apólice poderia ser alterado para considerar um prazo não superior a 12 meses, conforme prática do mercado de Seguros para apólices de Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores;”

RESPOSTA

Mantida a exigência do edital. As apólices do seguro D&O contratadas pela Itaipu, sempre tiveram vigência de 24 meses, desde a 1ª contratação em 2012.

17.3) “Verificamos que não foi considerada uma

PREGUNTA 17

17.1) En cuanto a la cobertura de “Multas y Penalidades Civiles y Administrativas”, es práctica de mercado no trabajar con valores superiores a un sub-límite de 10% del LMI. Favor confirmar que la referida cobertura podrá ser modificada para aplicar el sub-límite mencionado anteriormente.

RESPUESTA

Se mantiene la exigencia del Pliego, considerar que la póliza vigente contempla el LMI de 100% para esta cobertura.

17.2) En cuanto a la vigencia de la póliza y la necesidad de emisión de una póliza por el plazo de 24 meses, teniendo presente todas las incertidumbres del mercado y relacionadas a la economía en función de la pandemia del Coronavirus, e incluso dado el aumento expresivo de la siniestralidad en los últimos años en el seguro D&O, convirtiendo al mercado más restringido y desafiante, con reducción de capacidades, revisiones de tasas y restricciones de coberturas, no sólo del mercado local, sino también de los reaseguradores, siguiendo una tendencia mundial, pedimos fuertemente que consideren la reducción de esa vigencia de 24 para 12 meses, en línea con las ofertas que están siendo viables en este momento. Conforme datos públicos en la SUSEP, el mercado brasileiro viene experimentando un aumento considerable de sinistralidad en la cartera de D&O desde el 2016, pasando de 37% en aquel año y cerrando en 133% en 2019. Así, favor confirmar si el período de vigencia de la póliza podría ser modificado para considerar un plazo no superior a 12 meses, conforme práctica de mercado de Seguros para Pólizas de Responsabilidad Civil para Directores y Administradores;

RESPUESTA

Se mantiene la exigencia del Pliego. Las pólizas de seguro D&O contratadas por la ITAIPU, siempre tuvieron vigencia de 24 meses, desde la primera contratación en el 2012.

17.3) Verificamos que no fue considerada una

exclusão decorrente de Atos Lesivos contra a Administração Pública nos termos do Edital. Ocorre que referida exclusão usualmente se encontra presente nas apólices de D&O contratadas por entes públicos e é primordial para que haja uma real concorrência nos certames de empresas públicas. Desta forma, solicito confirmação de que poderemos considerar a exclusão abaixo, em sua redação completa, quando da emissão da apólice:

Fica pelo presente entendido e acordado que o item abaixo será acrescido à CLÁUSULA 5 – EXCLUSÕES da presente Apólice, sendo certo que a Seguradora não se responsabilizará pelo pagamento de Prejuízos Financeiros (inclusive Custos de Defesa) relacionados com qualquer Reclamação feita contra qualquer Segurado decorrente de, baseada em, atribuível a ou sob alegação de:

(i) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou

(ii) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou

(iii) doações políticas, sejam elas no Brasil ou no exterior.

Em relação aos casos supramencionados, caso o Segurado não seja condenado, mediante sentença

exclusión derivada de Actos Lesivos contra la Administración Pública en los términos del Pliego. Ocorre que la referida exclusión usualmente se encuentra presente en las pólizas de D&O contratadas por entes públicos y es primordial para que haya una real competencia en los certámenes de empresas públicas. De esta forma, solicito confirmación de que podremos considerar la exclusión abajo, en su redacción completa, cuando se deba emitir la póliza:

Queda por el presente entendido y acordado que el ítem abajo será agregado a la CLAUSULA 5 – EXCLUSIONES de la presente póliza, siendo cierto que la Aseguradora no se responsabilizará por el pago de perjuicios financieros (inclusive costos de defensa) relacionados con cualquier reclamación hecha contra cualquier asegurado derivado de, basada en, atribuible a, o bajo acusación de:

(i) Pagos, concesiones y/o recibimiento de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, doméstica o extranjera, o cualquier de los miembros de sus familias o cualquier entidad a la cual estén afiliados, incluyendo, más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por ventura existente; o

(ii) pagos, concesiones y/o recibimiento de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquiera de los Consejeros, directores, agentes, socios, representantes, accionistas, propietarios, empleados, o afiliados de cualquier cliente o proveedor del Tomador, o sus miembros de familia o cualquier entidad con la cual son asociados, incluyendo, más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por ventura existente; o

(iii) donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el exterior.

En relación a los casos supramencionados, en caso de que el asegurado no sea condenado, mediante sentencia judicial final resuelto en juzgado, o su culpa por el acto dañoso sea apartada en decisión

judicial final transitada em julgado, ou a sua culpa pelo Ato Danoso seja afastada em decisão final no âmbito administrativo e sem possibilidade de recurso em qualquer instância, a Seguradora deverá ressarcir os Custos de Defesa incorridos pelo próprio Segurado ou pela Sociedade na defesa dos Segurados em Reclamações avisadas à Seguradora durante o Período de Vigência do Seguro ou, durante a Extensão do Período de Apresentação de Reclamação (Prazos Complementar e Suplementar), quando aplicável, de acordo com os termos e condições desta Apólice.”

RESPOSTA

Observar o texto do Anexo III - Minuta da Apólice - Clausula 9ª - Riscos Excluídos que menciona outras exclusões previstas em lei, o que evidentemente aplicam-se as leis brasileiras e legislação estrangeira equivalente.

As exclusões de cobertura que sejam parte integrante das condições gerais previamente aprovadas perante a Susep, serão admitidas na apólice, desde que em consonância com a Circular Susep 553/2017 e não contrarie dispositivo do edital.

Podrá ser incluída a cláusula particular, contemplada na apólice vigente, conforme abaixo:

Clausula Particular de Exclusão de Atos Lesivos e Pagamento de Comissões

Fica entendido e acordado que o item abaixo será acrescido a presente Apólice, sendo certo que a Seguradora não se responsabilizará pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de, baseada em, atribuível a ou sob alegação de:

(i) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou

final en el ámbito administrativo y sin posibilidad de recurso en cualquier instancia, la aseguradora deberá resarcir los costos de defensa incurridos por el propio asegurado o por la sociedad en la defensa de los asegurados en reclamaciones avisadas a la aseguradora durante el período de vigencia del seguro o, durante la extensión del período de presentación de reclamación (plazos complementarios y suplementarios), cuando fueren aplicables, de acuerdo con los términos y condiciones de esta póliza.

RESPUESTA

Observar el texto del Anexo III - Minuta de Póliza - Cláusula 9ª - Riesgos Excluidos que menciona otras exclusiones en la ley, por lo que evidentemente se aplican las leyes brasileiras y la legislación extranjera equivalentes.-

Las exclusiones de cobertura que sean parte integrante de las condiciones generales previamente aprobadas por ante la Susep, serán admitidas en la póliza, desde que estén en consonancia con la Circular Susep 553/2017 y no contraríen disposiciones del Pliego.-

Podrá ser incluida la cláusula particular contemplada en la póliza vigente conforme abajo:

Cláusula Particular de Exclusión de Actos Lesivos y Pago de Comisiones.

Queda entendido y acordado que el ítem abajo será agregado a la presente Póliza, siendo cierto que la Aseguradora no se responsabilizará por las pérdidas relacionadas con cualquier reclamación hecha contra cualquier Administrador derivado de, basada en, atribuible a, o bajo alegación de:

(i) pagos, concesiones y/o recibimiento de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, doméstico o extranjero, o cualquier miembros de sus familias o cualquier Entidad a la cual estén afiliados, incluyendo, más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción

de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou

(ii) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

(iii) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no Exterior.

A Seguradora garantirá apenas o reembolso dos honorários advocatícios para defesa do administrador, inicialmente por ela avaliados, única e exclusivamente na hipótese do administrador ser inocentado no trânsito em julgado do processo sob as alegações acima.

Desta forma, ratifica-se que na hipótese da condenação do administrador no trânsito em julgado sob as alegações acima, nenhum honorário de advocacia para defesa do administrador será reembolsado pela seguradora ao mesmo.

PERGUNTA 18

“Quanto ao Sublimite para cobertura de Multas e penalidades. É de praxe o mercado trabalhar com sublimite máximo de 20% do LMG.”

RESPOSTA

Mantida a exigência do edital, a considerar que apólice vigente contempla o LMI de 100% para esta cobertura.

II) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.2 do CBC, a ITAIPU altera o subitem 1.4.2.2.2.1 do CBC:

DE:

1.4.2.2.2.1 As “cartas compromisso do

Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(ii) Pagos, concesiones y/o recibimientos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otros favores y/o ventajas para, en beneficio de, o por cualquiera de los Consejeros, Directores, Agentes, Socios, Representantes, Accionistas, Propietarios, Empleados, o Afiliados de cualquier cliente o proveedor del Tomador, o de sus miembros de sus familias o cualquier Entidad con la cual están asociados, incluyendo más no limitándose a los crímenes y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción Americana (FCPA), UK Bribery Act, en la Ley Anticorrupción Brasileira o de cualquier legislación semejante por acaso existente; o

(iii) Donaciones políticas, sean ellas en el Brasil o en el Exterior.-

La Aseguradora sólo garantizará el reembolso de los honorarios profesionales de abogados para defensa del Administrador, inicialmente valorados por ella, única y exclusivamente en la hipótesis de que el administrador sea declarado inocente resuelto en juzgado del proceso bajo las acusaciones de arriba.

De esta forma, se ratifica que en la hipótesis de la condena del administrador resuelto en Juzgado bajo las alegaciones de arriba, ningún honorario profesional de abogados para la defensa del administrador será reembolsado por la Aseguradora al mismo.

PREGUNTA 18

En cuanto al Sublímite para cobertura de Multas y Penalidades. Es de práctica del mercado trabajar con sublímite máximo de 20% del LMG.

RESPUESTA

Se mantiene la exigencia del Pliego, considerar que la póliza vigente contempla el LMI de 100% para esta cobertura.

II) De conformidad a lo dispuesto en el subítem 2.6.2 del PBC, a ITAIPU altera o subítem 1.4.2.2.2.1 del PBC:

DE:

1.4.2.2.2.1 La “carta compromiso del

ressegurador”, exigidas em 1.4.2.2.2, letra “e”, deverá ser apresentada atendendo aos seguintes requisitos:

- a) documento original de apostilado ou documento original autenticado pela representação diplomática brasileira ou paraguaia, no país onde esteja estabelecida a emitente e para as Companhias Seguradoras Paraguaias devidamente legalizadas em dependência estatal pertinente em território paraguaio ou brasileiro correspondente;
- b) acompanhada de tradução para o castelhano ou para o português por tradução livre. Porém, neste caso, na hipótese de resultar vencedora desta licitação, deverá a proponente reapresentá-la por tradutor juramentado no prazo de 15 dias corridos contados a partir da comunicação da adjudicação.

PARA:

1.4.2.2.2.1 As “cartas compromisso do ressegurador”, exigidas em 1.4.2.2.2, letra “e”, deverá ser apresentada atendendo aos seguintes requisitos:

- a) documento original de apostilado ou documento original autenticado pela representação diplomática brasileira ou paraguaia, no país onde esteja estabelecida a emitente e para as Companhias Seguradoras Paraguaias devidamente legalizadas em dependência estatal pertinente em território paraguaio ou brasileiro correspondente;

ou,

carta endereçada a ITAIPU pela licitante e deve ser anexada à mesma, de acordo com uma declaração autenticada, assinada pelo representante legal, devidamente credenciado como tal, da companhia de seguros que ele representa, com certificação de assinatura e com sede no cartório no domicílio daquele. Na referida carta, a licitante deve certificar expressa e irrevogavelmente a integridade, o conteúdo e a assinatura do Documento referido no cabeçalho desta cláusula.

- b) acompanhada de tradução para o castelhano ou para o português por tradução livre.

reasegurador” exigida em 1.4.2.2.2, letra “e”, deverá ser apresentada, atendiendo a los siguientes requisitos:

- a) documento original del Apostillado o documento original del autenticado por la representación diplomática paraguaya o brasileña, en el país donde esté establecida la emitente y para las Compañías Aseguradoras Paraguayas debidamente legalizadas en dependencia estatal pertinente en territorio paraguay según corresponda;
- b) acompañada de la traducción al castellano o portugués, por traducción libre. Sin embargo, en este caso, en la hipótesis de resultar vencedor de esta licitación, el oferente deberá volver a presentarla por traductor matriculado en el plazo de 15 días corridos, contados a partir de la comunicación de la adjudicación.

PARA:

1.4.2.2.2.1 La “carta compromiso del reasegurador” exigida en 1.4.2.2.2, letra “e”, deberá ser presentada, atendiendo a los siguientes requisitos:

- a) documento original del Apostillado o documento original del autenticado por la representación diplomática paraguaya o brasileña, en el país donde esté establecida la emitente y para las Compañía Aseguradoras Paraguayas debidamente legalizadas en dependencia estatal pertinente en territorio paraguay según corresponda;

o,

carta dirigida a la ITAIPU por la oferente, a tenor de declaración bajo fe de juramento, firmada por el representante legal, debidamente acreditado como tal, de la compañía aseguradora a la cual representa, con certificación de firma ante escribano público con asiento registral en el domicilio de aquella. En dicha carta se deberá consignar sin más que el oferente acredita en forma expresa e irrevocable la integridad, contenido y firma del Documento referido en el encabezamiento de la presente cláusula.

- b) acompañada de la traducción al castellano o portugués, por traducción libre. Sin embargo,

Porém, neste caso, na hipótese de resultar vencedora desta licitação, deverá a proponente reapresentá-la por tradutor juramentado no prazo de 15 dias corridos contatos a partir da comunicação da adjudicação.

en este caso, en la hipótesis de resultar vencedor de esta licitación, el oferente deberá volver a presentarla por traductor matriculado en el plazo de 15 días corridos, contados a partir de la comunicación de la adjudicación.

III) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.2 do CBC, a ITAIPU disponibiliza em anexo a este aditamento, na versão em Castellano e Português, o “Guia Rápido para Pregões Eletrônicos” e o “Código de Ética da ITAIPU”.

III) De conformidad con lo dispuesto en el Sb ítem 2.6.2 del PBC, la ITAIPU coloca a disposición em anexo a este Aditivo la versión em Castellano y Portugues, la “Guia Rápida para Subastas Electrónicas” y el “Código de Ética de la ITAIPU”

IV) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.2 do CBC, a ITAIPU altera as datas do Calendário de Eventos da licitação, (nova data da sessão pública) para:

IV) De conformidad a lo dispuesto en el sub ítem 2.6.2 del PBC, la ITAIPU altera las fechas del Calendario de eventos de esta licitación, (nueva fecha da sesión pública) para:

(...)

(...)

1.2.3 Respostas:

Até 16/06/20

1.2.3 Respuestas:

Hasta el 16/06/20

1.2.4 Recepção das propostas:

Até às 9h de 24/06/20

1.2.4 Recepción de las propuestas:

Hasta las 8:00 hs. de 24/06/20

1.2.5 Início da Sessão Pública com a divulgação das propostas:

Em 24/06/20, a partir das 9h

1.2.5 Inicio de la Sesión Pública con la divulgación de las propuestas:

El 24/06/20, desde las 8:00 hs.

1.2.6 Início da etapa de disputa de lances:

Em 24/06/20, a partir das 9h30min

1.2.6 Inicio de la etapa de disputa de lances:

El 24/06/20, desde las 8:30 hs.

(...)

(...)

V) Permanecem inalteradas as demais condições contidas no Caderno de Bases e Condições do Pregão Eletrônico Binacional EF 0317-20.

V) Permanecen inalteradas las demas condiciones contenidas en el Pliego de Bases y Condiciones de la Subasta a la Baja Electrónica Binacional EF 0317-20.

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 16.06.20

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 16.06.20